

O REGIMENTO DOS AUDITÓRIOS ECLESIÁSTICOS DO BISPADO DO FUNCHAL (1589)

CRISTINA TRINDADE *
DULCE MANUELA TEIXEIRA *

Introdução

O presente estudo debruça-se sobre a análise do Regimento dos Auditórios Eclesiásticos do Bispado do Funchal, documento publicado em 1589, pelo Bispo D. Luís de Figueiredo Lemos, sexto prelado a reger os destinos da diocese, da qual tomou posse em 1585.

O estado em que encontra a diocese, apesar dos meritórios esforços do seu antecessor, responsável pela promulgação das Constituições Sinodais, não seria dos melhores, pelo que o novo bispo tem, de facto, consciência da necessidade de agir e tomar providências no sentido de dotar o bispado de mecanismos que mais rapidamente permitam fazer face à nova realidade insular, dado que o arquipélago se tornara, entretanto, uma região razoavelmente habitada, com povoações muito dispersas e isoladas, o que começa a exigir um considerável grau de organização e controlo, no sentido de garantir uma supervisão adequada a este já, de certo modo, vasto património em termos humanos e materiais.

De entre as iniciativas tomadas pelo prelado para satisfazer as exigências do seu múnus, podemos destacar a publicação, em 1601, de uma “adenda” às Constituições já referidas. Para além disto, foi D. Luís de Figueiredo, ainda, particularmente cuidadoso com as visitas às diversas paróquias da ilha que, no tempo do seu exercício de funções, se realizaram diversas vezes, quer pelo próprio prelado, quer por visitantes por ele designados. Uma outra prova do quão seriamente encarava este aspecto da sua actividade reside no facto de a ele, também, se ficar a dever a publicação do regimento para os visitantes, instrumento que o Bispo reputava indispensável para a correcta actuação dos seus delegados.

* Docentes de História de Portugal, no Instituto Superior de Administração e Línguas (Funchal).

Por tudo quanto atrás foi dito, poder-se-ia concluir já da importância de que o episcopado de D. Luís de Figueiredo Lemos se revestiu para a Madeira, mas aquilo que referimos não foi tudo o fez por este bispado. As preocupações do Bispo com a escassez de estruturas judiciais religiosas estão, pois, na raiz da criação do tribunal diocesano, de grande importância para o exercício da jurisdição eclesiástica.

Esse tribunal foi, portanto, estruturado com base num Regimento destinado à operacionalização da sua actuação, e cujo teor é, então, o objecto deste estudo.

Com a acção do bispo D. Luís de Figueiredo Lemos, a diocese do Funchal acabou de ser dotada dos equipamentos burocrático-administrativos necessários a uma gestão adequada aos novos tempos, ficando equiparada, em termos de “infra-estruturas” legais à maioria dos outros bispados do reino.

O Regimento dos Auditórios Eclesiásticos do Bispado do Funchal (1589)

O documento em análise ¹ começa com uma declaração do Bispo, D. Luís de Figueiredo Lemos, em que o prelado reconhece como obrigação do seu ofício a do “*bom governo e administração das justiças*” ², pelo que entende “*por descargo de nossa consciência e bem da justiça e jurisdição eclesiástica*” dever “*prover com alguns Ouvidores e Ministros dela*”, determinando, então, que, para além do Vigário Geral “*hajam quatro Ouvidores*” ³ com seus Ministros necessários: *hum em Arguim e lugares a elle sujeitos; outro na Ilha do Porto Santo e dois nesta, em as Villas de Machico e Calheta, com os territórios e jurisdição declarados em seus regimentos*”.

O cargo de Vigário Geral surge, segundo Bernardino Carneiro, porque o “*tribunal dos bispos alcança a todos os negocios ecclesiásticos da sua diocese, para os tratar e decidir em primeira instância. Tão amplo, variado e afanoso é às vezes o exercicio d’ esse poder, que os bispos, não podendo com elle por si sós, compartem-no com uma ou mais auctoridades suas delegadas*” sendo essas autoridades vulgarmente conhecidas por “*vigarios episcopales*”, ainda que os cânones as designem, simplesmente, por “*officiaes*”. Sobre o cargo em análise, o autor

¹ A versão integral do texto deste Regimento pode consultar-se em Anexo, documento I.

² AHDE, *Regimento dos Auditórios Eclesiásticos do Bispado do Funchal*, ordenado por D. Luís de Figueiredo Lemos, Bispo do Funchal (este documento encontra-se incluído na certidão datada de 10 de Dezembro de 1773, requerida pelo Reverendo Dr. Amaro da França Uzel, Comissário do Santo Ofício e Cura da Sé do Funchal), fls. 8-31 v. O mesmo documento encontra-se, também, microfilmado, no ARM, MF 685.

³ Os ouvidores eram eclesiásticos destacados pelo bispo para exercerem funções judiciais em lugares distantes da sede do bispado. Das suas atribuições específicas, no caso da diocese do Funchal, se tratará mais adiante.

acrescenta, especificamente, que “os vigários episcopais são da escolha e nomeação dos bispos, em cujo nome exercem a autoridade que lhes confere quem os nomeia. Não têm auditório próprio. O seu auditório é o do bispo. (...) O seu número depende da vontade do bispo e da necessidade do serviço. Pode haver na mesma diocese um só ou mais; e d’aqui a distinção entre vigário *in spiritualibus*, ou provisor, para o que é governo espiritual e jurisdição voluntária, e vigário geral para o conhecimento e decisão dos casos controversos”⁴.

Entrando no texto do Regimento propriamente dito, o Prelado começa por solicitar ao Julgador, (que a análise dos processos encontrados no espólio documental adiante analisado demonstra ser o Vigário Geral, na grande generalidade dos casos), que torne os processos tão rápidos quanto possível, a fim de obviar “as Artes e Manhas dos litigantes em qualquer parte do Juízo”⁵, passando, depois, a dar indicações ao referido Julgador sobre os momentos em que se deverá fazer audiência, a saber: “duas vezes na semana; no Funchal á quarta-feira e ao sabado. Porque so nestes dias, pela manhã, se não fazem audiências no secular, concorrem advogados, letrados ao Auditorio, para melhor expedição das cauzas. A hora sera quando levantarem a Deos na Missa da terça e se derem as badelladas. Em os outros lugares, Ilha do Porto Santo, Arguim, Machico e Calheta á mesma hora, e nos dias de menos occupaões. Isto se fará desde o primeiro dia de Setembro até o derradeiro de Junho e Julho. No mez de Agosto e Setembro nesta Ilha, e na do Porto Santo e Arguim, no mez de Julho e Agosto se daram ferias⁶ as partes que as pedirem, e não se procederá, nem fallará em seus Feitos, salvo de consentimento expresso de ambas, posto que se mostre Alvará em contrario”⁷. Este tipo

⁴ Ver Bernardino Carneiro, in *Elementos de direito ecclesiastico portuguez*, Coimbra, 1896, 2ª edição, pp. 398-399. Em nota de rodapé, o autor especifica, ainda, as características que deve possuir o referido vigário geral, inspiradas em Regimentos de Tribunais Eclesiásticos de outras partes do país (Coimbra, Porto, por exemplo) que recomendam que o vigário seja “ordenado in sacris, pelo menos de idade de trinta annos, graduado em theologia ou canones, de approvada vida, piedade e sã consciencia”. Idem, *ibidem*, nota f, p. 400.

⁵ *Regimento dos Auditorios...*, fl. 8v.

⁶ O conceito de férias aqui referido vem legislado nas Ordenações Filipinas que dizem, a este respeito o seguinte: “A terceira maneira he das ferias que se devem dar para colhimento do pão e vinho e estas são outorgadas por prol commum do povo, e são de dous mezes; os quaes se darão pelos Julgadores, segundo a disposição e necessidade das terras, repartindo os tempos ás sazões em que se os taes fructos houverem de colher”. Os outros dois tipos de férias possíveis reportam-se aos Domingos, festas e dias que a Igreja manda guardar e, ainda, a dias de paragem por ordem do rei. *Ordenações Filipinas*, Livro III, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, pp. 581-582. De notar que as colheitas se referem, especificamente, ao pão e ao vinho, alimentos com uma conotação claramente litúrgica, conforme se pode ver em L. Jacinto García, *Comer como Deus manda*, cap. IV, Editorial Notícias, Barcelona, 1999.

⁷ *Regimento dos Auditórios*, fl. 9.

de calendarização das actividades do tribunal eclesiástico, pretende rentabilizar a actuação dos advogados, que trabalham, simultaneamente, em causas do foro civil e do religioso ⁸.

O texto prossegue com a enumeração das penas a que estão sujeitos os Escrivães e Procuradores que não comparecerem às audiências sem licença do Julgador, após o que passa a discriminar os procedimentos jurídicos, propriamente ditos, que hão-de enformar os processos presentes a tribunal.

Numa terceira fase, o documento refere as causas sumárias ⁹ mais comuns que são assim apresentadas: Matrimoniais e Sevícias, a propósito das quais se especifica que a contestação só será possível "*se se tratar de desfazer o Matrimónio quanto á cohabitação por razão de sevicias, ou por outra qualquer cauza*". No caso de o pedido de separação ter na origem a existência de sevícias, o procedimento será o seguinte: "*(o tribunal)...mandará depositar a Autora em hua casa honesta e mandar-lhe-há entregar cama, joyas, e vestidos, e citar-se-há o marido para a a cauza, e fará inventario com juramento, e do marido haverá alimentos e conforme a fazenda, officio, e renda que tiver té que se dê sentença*" ¹⁰. De notar que nem se considera outra hipótese que não seja a de ser a mulher a autora do processo, pois a preponderância masculina na sociedade da época inibe, neste caso, o homem de se apresentar como vítima num processo de sevícias. No tocante às outras possibilidades de interposição de um processo tendente à separação dos cônjuges, podem ainda considerar-se os casos de adultério, ultraje e heresia ¹¹.

O segundo item deste capítulo reporta-se às causas Decimais, ou seja, aos processos que teriam origem no não pagamento da dízima eclesiástica. Sobre este assunto, diz o documento que o infractor será citado juridicamente, sob pena de excomunhão, para que proceda ao pagamento. Exceptua-se, apenas, a situação dos que nunca pagaram a referida contribuição, por estarem sujeitos ao regime de pensão uniforme ¹².

Em terceiro lugar, vêm referidos os Sacrilégios, ainda que sem se especificar a que actos se reportam, concretamente. Esta omissão poder-se-á explicar

⁸ Esta situação não é específica da Madeira pois também ocorre noutras dioceses do país, conforme se pode ver em Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Livraria Civilização Editora, Barcelos, 1968, Vol. II, p. 231.

⁹ As causas sumárias são assim designadas por não poderem, em princípio, sofrer contestação.

¹⁰ *Regimento dos Auditórios...*, fl. 16v.

¹¹ Ver *Instruções Geraes em forma de Catecismo nas quaes se explicam em Compendio pela Sagrada Escritura e Tradição a Historia e os Dogmas da Religião, a Moral Christã, os Sacramentos, as Orações, as ceremonias e os usos da Igreja*, impressas por ordem do Senhor Carlos Joaquim Colbert, Bispo de Montpellier, Lisboa, 1765, Tomo III, p. 240 e seguintes.

¹² As *Constituições Sinodais do Bispado do Funchal* são muito claras a respeito da obrigação do pagamento do dízimo, citando inclusivamente, na íntegra, as determinações que sobre este assunto foram tomadas no concílio de Trento.

pelo facto de as Constituições do Bispado do Funchal, publicadas quatro anos antes do presente Regimento, consagrarem o seu Título XXIV precisamente à descrição das actuações de quem incorria no pecado do sacrilégio, a saber: aquele “*que na igreja, ou adro, matar, ou poser fogo, ou quebrar sacrario, porta, parede, arca, ou fechadura per força, ou della (contra vontade daquelle que o cargo tiuer), pello dito modo alguma cousa tomar, pague pelo sacrilegio dous marcos de prata (...). E bem assi qualquer pessoa ecclesiastica, ou secular que com perpesuasam (sic) diabolica poser mãos violentas em clérigo de ordens menores que por seu habito & tonsura por tal for conhecido, pague de pena de sacrilegio quinhentos reis. E se poser mãos violetas em clérigos de ordens sacras, pague dous mil reis. E se as poser em sacerdote de missa, pague quatro mil reis*”¹³. A este propósito determina o Regimento que quem for acusado da prática deste tipo de infracção, desde que incorra em pena de excomunhão, deverá depositar em dinheiro ou penhor, o valor de dez cruzados ou menos, antes de ser absolvido. Adianta, no entanto, o documento, informações adicionais para o caso dos clérigos que “*pozerem maons violentas em outros e pedirem ao Julgador beneficio de absolvição da excomunhão em que incorrerão*”¹⁴ situação que não será contemplada, mesmo que os réus se dêem por culpados, sem que primeiro se ouçam, no máximo, quatro testemunhas; se se considerar que a absolvição não passa obrigatoriamente pelo Papa, serão absolvidos, desde que depositem “*caução de ouro ou prata pelo sacrilegio, segundo a qualidade do cazo for, sendo pessoas que o possão por, e depozitar*”¹⁵. A necessidade desta discriminação particular do caso dos clérigos talvez se possa explicar pela omissão que a este respeito, fazem as Constituições, que não incluem o sacrilégio no Título XIII, que trata “*Da vida & honestidade dos Clerigos*”.

Logo de seguida, vêm as situações de Injúria, que as Constituições Sinodais definem como sendo o acto em que alguém acusa um clérigo de lhe ter dito “*más palavras & feas*”, lhe ter “*saltado pera o matar*” ou lhe ter feito “*outro dano*”. Neste caso, e ainda segundo o texto das Constituições, não se poderá aceitar que-rela, mas poder-se-á dar petição ou libelo, o que implica a audição de testemunhas. Ouvidas estas, e provando-se que “*foy tal a injuria (vista a qualidade da pessoa, lugar, & tempo) que o agressor merece ser preso, (o tribunal) o podera mandar prender, assi antes da sentença final, como ao tempo della*”. Salvaguarda-se, ainda, a possibilidade de a injúria ser cometida na própria audiência, situação em que o Vigário Geral poderá e deverá optar pela ordem de prisão imediata, determinada pelo “*pello desacatamento da justiça*”¹⁶.

¹³ *Constituições Synodales do Bispado do Funchal, feytas & ordenadas por Dom Ieronymo Barreto, Bispo do dito Bispado*, Impressas em Lisboa em 1585, p. 150.

¹⁴ *Regimento dos Auditórios...* fl. 17.

¹⁵ *Regimento dos Auditórios...*, fls. 17-17v.

¹⁶ *Constituições Synodales...*, Título XXX, Constituição Segunda, p. 164.

Sobre este assunto, o Regimento dos Auditórios, que só trata da injúria verbal, situando-se, portanto, num âmbito mais restrito que o considerado no documento anterior, recomenda, à semelhança das Constituições, que o processo se inicie por uma petição, à qual se seguirá a auscultação das testemunhas, declarando, depois, que se “*forem injurias infames, poder se há proceder por prisão a qual se poderá fazer assim antes da sentença, como ao tempo della*”. O documento ressalva, no entanto, que “*isto da injuria verbal se entenderá quando o Injuriente contra quem se intenta a acção de injuria for Ecclesiastico. E o mesmo será quando o Injuriente for leigo, e o Injuriado Ecclesiastico*”. Tudo isto, porém, apenas ocorrerá se a jurisdição não estiver “*preventa*”¹⁷ no Juízo secular, porque então nelle se demandará a injuria, emenda e corregimento”. No caso, contudo, de ter ocorrido sacrilégio e excomunhão, “*se procederá no Juízo Ecclesiastico, conforme o direito e Nossas Constituições*”¹⁸.

Dentro, ainda, das causas sumárias que têm vindo a ser enunciadas, aparecem, em penúltimo lugar, as que se reportam aos feitos crimes, os quais, neste contexto, nos parece deverem dizer respeito aos chamados casos de foro misto, ou seja, a um conjunto de infracções que poderiam ser julgadas por qualquer um dos braços da justiça – o secular ou o eclesiástico, dependendo a opção apenas de um critério de precedência: julgava o tribunal que primeiro tivesse conhecimento do caso. Estão nesta situação as questões que versem obras pias, concubinato, lenocínio, incesto, envenenamento, blasfémia, usura e testamentos¹⁹. Neste caso, determina o Regimento que, depois de apresentado o libelo, deverá o juiz mandá-lo ler em voz alta, excepto se a queixa for contra um clérigo ou sobre crime de heresia, situações em que deve reservar a leitura para si próprio, após o que dará seguimento ao caso, “*em termos ordinários, até sentença*”²⁰.

Em último lugar, são mencionadas as ocorrências que se derem em sede de visitação. As visitas, na sua vertente de devassa, constituíam um processo de detecção de infracções publicamente denunciadas ao Visitador, que a isso, sob pena de excomunhão, exortava as populações das paróquias visitadas. Deste processo prospectivo resultavam denúncias de casos de curas supersticiosas, ausências à confissão, blasfémias e falsos juramentos, faltas à missa, trabalho em dias santos de guarda, faltas de respeito a superiores ou inferiores, incumprimento dos deveres conjugais, paternos e filiais, de clérigos relapsos do desempenho das

¹⁷ Diz Raphael Bluteau que “*preventá*” é “*Termo Forense. Jurisdição é preventa na tomada das cousas defesas que se levão para fora do Reino. Tambem ha jurisdição preventa nos casos Mixti fori e sobre o cumprimento entre os Prelados e Provisores dos Reziduos*”. Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino*, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, Coimbra, 1712.

¹⁸ *Regimento dos Auditórios...*, fl. 17v.

¹⁹ Ver, sobre este assunto, António Manuel Hespanha, *História de Portugal Moderno, político e institucional*, Universidade Aberta, Lisboa, 1995, nota 25, p. 152.

²⁰ *Regimento dos Auditórios...*, fl. 18.

suas funções, rogar pragas, andar publicamente desavindo com alguém, adultério, concubinato, embriaguês, prostituição, libertinagem, incesto, prática de jogos de azar, usura e má-língua, para só falar dos mais comuns.

Nestas situações, recomenda-se que não se revelem os nomes das testemunhas, a fim de evitar os “*odios que os culpados concebem contra ellas e assim ameaças*”, pois disso poderiam resultar não se fazerem as referidas denúncias e ficarem os crimes “*sem castigo e emenda*”²¹. Para que isto não acontecesse, o Escrivão deveria fazer uma lista na qual os nomes das testemunhas se deveriam misturar com outros nomes, após o que o culpado seria autorizado a apresentar contraditas, se assim o entendesse.

O documento prossegue com a descrição dos cargos e das funções que desempenham os diversos intervenientes no tribunal eclesiástico, começando pelo dos Ouvidores, em número de quatro, a respeito dos quais se diz terem de ser nomeados “*por este Bispado ser de Ilhas e partes remotas, (como hé Arguim), das quaes em alguns tempos senão pode Navegar (sic), e em outros se não navega senão com difficuldade, e esta Ilha tam fragoza, que a mayor parte senão anda por terra, sem muito trabalho e perigo, e todo o serviço das Villas, e lugares della, para esta cidade hé por mar, e por este respeitoso difficultozo o accesso a nosso Vigario Geral*”²².

A estes Ouvidores, cuja jurisdição se exercia, conforme anteriormente referido, em Arguim, Porto Santo, Machico e Calheta²³, competia velar pela execução de todos os testamentos, obras pias e legados, capelas, confrarias, hospitais, albergarias, gafarias e outros lugares pios que não se encontrassem directamente dependentes da administração régia. Para além disto, deviam administrar “*a justiça as partes, ouvindo, julgando e determinando as cauza Ecclesiasticas conforme a direito, Constituiçoens Episcopaes e seus regimentos, nos lugares somente de suas Ouvidorias*”²⁴. Refere-se, ainda, a impossibilidade de serem substituídos por outrem, a menos que para isso expressamente lhes fosse concedida autorização, acrescentando-se a possibilidade da apelação das suas sentenças para o Bispo ou para o Vigário Geral, “*tendo para ello motivo e razão*”²⁵.

²¹ *Ibidem*, fls. 18-18v.

²² *Ibidem*, fl. 18v.

²³ A razão para a criação de Ouvidoria da Calheta poderá explicar-se pela sobrecarga do número de fogos que já pesavam sobre o Funchal – 2420 –, e sobre a Ouvidoria de Machico, com 1650. A Ouvidoria da Calheta, cuja jurisdição abrange a Vila e o seu termo e as freguesias de Porto Moniz e Seixal (ver Anexos, Documento 1) ficava assim encarregada de 690 fogos. Para obtenção destes dados demográficos, socorremo-nos de um Quadro sobre “*A distribuição da população do Arquipélago da Madeira em 1590*” da autoria de José Manuel Azevedo e Silva, in *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*. Colecção Memórias, Ed. C.E.H.A., S.R.T.C., Funchal, 1995, p. 661.

²⁴ *Regimento dos Auditórios...*, fl. 19.

²⁵ *Ibidem*, fl. 19. No arquipélago dos Açores, e pelas mesmas razões de dispersão geográfica e dificuldades de comunicação, também se nomearam ouvidores que eram

O passo seguinte é o da descrição específica das atribuições dos Ouvidores, cuja jurisdição se vê diminuída das periferias para o centro, compensando-se, deste modo, as dificuldades que a distância impunha à celeridade dos processos. Exemplificando, podemos constatar que ao Ouvidor de Arguim competia conhecer “todas as causas Ecclesiasticas civeis, e crimes”, bem como resolvê-las “conforme a direito e nossas Constituições”²⁶; já ao do Porto Santo incumbiam “todas as causas de que conhece o de Arguim, excepto das Beneficiais, Matrimoniaes de prezente, e decimais”²⁷; os de Machico e Calheta, por seu turno, viam a sua esfera de acção limitada aos “feitos, ou causas civeis, que não passarem de mil reis”²⁸.

No prosseguimento da descrição das atribuições dos Ouvidores, encontra-se um capítulo sobre aspectos a que todos eles tinham obrigação de atender, onde se recomenda diligência no cumprimento das Constituições e mandados dos Visitadores, Provisor e Vigário Geral, particularmente no que toca às inquirições respeitantes aos candidatos ao estado clerical, para que não se admita a elas “o incapaz, ou indigno”²⁹.

Passa-se, depois, à enumeração dos auxiliares da acção do Ouvidor, corpo de que deverão fazer parte um Recebedor, incumbido de receber a chancelaria, os direitos episcopais e as condenações para obras pias, e as despesas da justiça; um Escrivão do Registo, encarregado de anotar em livros próprios o que for recebido pela chancelaria e o que se destinar a obras pias e despesas da justiça; um Meirinho pedâneo que desempenhará, também, o cargo de Procurador dos Resíduos, ao qual está, ainda, atribuído um Escrivão, tendo ambos as suas funções descritas numa carta dada pelo Bispo. A este conjunto de colaboradores vem juntar-se, no caso específico do Porto Santo, um Porteiro.

Uma outra preocupação emergente do texto do documento prende-se com a possibilidade de alguns dos intervenientes no processo terem dúvidas a respeito da idoneidade do Julgador, ou de outros magistrados, o que se procura salvar guardando propondo que, em tais circunstâncias, se apresentem os motivos por escrito até à primeira audiência do caso, altura em que se averiguará da procedência, ou não, da suspeita e se agirá, então, de acordo com o que for apurado.

Prevendo, no entanto, que a apresentação da suspeita possa ter como objectivo o atrasar do processo, exige-se depósito de uma caução de dez cruzados, pagos ao Escrivão, no caso de o visado ser o Provisor, o Vigário Geral ou o

dois, no tempo do governo do mestrado da Ordem de Cristo, sendo em 1560, já em número de dez, tendo passado a dezassete e dezanove, no século XIX, em virtude do crescimento demográfico. Ver Fernanda Enes, Entrada “Angra do Heroísmo”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*.

²⁶ *Regimento dos Auditórios...*, fl. 19.

²⁷ *Ibidem*, fl. 19 v.

²⁸ *Ibidem*, fls. 20-20 v.

²⁹ *Ibidem*, fl. 21 v.

Visitador, e de mil reis ou menos, no caso de serem elementos menores da hierarquia. Se a dúvida se provasse, o dinheiro seria devolvido ao queixoso; caso contrário, o mesmo perderia o depósito, dois terços do qual reverteriam para obras da justiça, e o restante terço, para os pobres do Aljube.

Exceptua-se, porém, deste pagamento aquele que for tão pobre que não o possa cumprir, integralmente ou em parte.

Os pontos seguintes do Regimento tratam do que pertence aos officios de Promotor, Meirinho, Solicitador, Contador, Distribuidor e Inquiridor, Aljubeiro e Porteiro, ou seja, no fundo, a todos os elementos que constituem o corpo dos funcionários do Auditório.

Principiando pelo Promotor ³⁰, dele se diz que “*terá o primeiro lugar e assento na Audiencia, e fallará primeiro que os outros Advogados*”, acrescentando-se que deve ser “*muito sollicito, e deligente em requerer todos os feitos da justiça, principalmente os do Reziduo*”, pois nestes casos os atrasos dos testamenteiros podem pôr em perigo as “*almas dos fieis Christãos que aguardão pelo cumprimento das obras pias de seus testamentos*” ³¹. O não cumprimento destas determinações reveste-se de uma gravidade progressiva, tendo em conta a reincidência, podendo, inclusivamente, chegar à perda da função para sempre, se a repetição do descuido se der pela terceira vez.

O Promotor não poderia, nunca, agir em casos em que houvesse suspeita de os implicados serem inimigos, pois isso poderia dar azo a que a queixa tivesse como fundamento uma vingança, o que a tornaria inaceitável; se assim o fizesse, seria afastado pelos superiores hierárquicos, mesmo que não soubesse da inimizade entre as partes, uma vez que à partida teria de ter esse assunto esclarecido. No caso de estar ciente da inimizade e, mesmo assim, proceder ao julgamento, seria condenado à reposição da verdade e às custas do processo. O autor da denúncia infundada, seria, por sua vez, objecto das penalizações que, na situação anterior, recaíam sobre o magistrado.

Outra das suas atribuições prende-se com a averiguação do salário do Escrivão e dos restantes officiais do tribunal ³², pois, no caso de se provar que estes recebem acima do tabelado, deverá acusá-los perante o Julgador, mesmo “*que*

³⁰ Dos Promotores dos tribunais eclesiásticos diz Bernardino Carneiro ter o cargo sido instituído por D. Afonso IV, em 1352, altura em que se chamavam *promovedores da justiça*. Acrescenta ainda que são de nomeação do bispo, e, segundo o *Regimento do Auditório de Coimbra*, o Promotor deve ser pessoa “*muito sollicita e diligente, para saber espertar e allegar as causas e razões mais consentaneas ao lume da justiça e á inteira conservação d’ella. Todavia os bispos não devem exigir só isso. Que também conheçam direito para não depender de acessor letrado*”. Bernardino Carneiro, *ibidem*, p. 401.

³¹ *Regimento do Auditório*..., fls. 23 v. e 24.

³² Este aspecto é considerado tão importante que se encontra sublinhado no original.

não tenha informação assignada"³³, após o que os implicados serão condenados de acordo com o que for justo. Pode, ainda, acontecer que seja o próprio Promotor a exorbitar no vencimento; se for essa a situação, deve devolver tudo, e será suspenso do ofício durante seis meses. Nesta circunstância particular, qualquer pessoa pode acusar este magistrado.

Passa-se, depois, para a caracterização do ofício de Meirinho³⁴, a quem compete efectuar prisões a mando do Julgador, não podendo, em circunstância alguma, deixar que se presuma ter havido negligência da sua parte na eventual fuga, ou pior, conivência, na libertação do prisioneiro. A verificar-se este último caso, seria penalizado com a perda definitiva da função. Uma outra das características do seu ofício é a que lhe interdita o efectuar uma prisão sem licença do Juiz, a não ser que surpreenda o culpado em flagrante delito, ou que, tendo o condenado sido degredado, seja encontrado fora do sítio onde deveria cumprir pena, ou, ainda, no caso de ser *"requerido por qualquer pessoa com algum arruído"*³⁵. Em tais circunstâncias, deverá apresentar estas pessoas ao Julgador, e agir de acordo com o que este ordenar. Se assim não proceder, será suspenso por um ano, devendo, ainda, indemnizar o injuriado, se o mesmo o exigir.

A propósito da legitimidade da acção do Meirinho, ressalva-se a impossibilidade de entrar em casa de algum clérigo, para aí efectuar busca, sem mandato especial, o que implicará suspensão das suas actividades por um ano. Procedimento contrário é esperado do Meirinho que saiba que algum clérigo ou beneficiado tenha, notoriamente, em sua casa, mancebas, e não aja, pois, então, será suspenso por seis meses, pela primeira vez, por um ano, pela segunda, e definitivamente, pela terceira. O mesmo se aplica se o Meirinho não agir em relação a qualquer conduta pública dos clérigos contrária ao determinado pelas Constituições. Estão-lhe, ainda, proibidos o aceitar qualquer coisa de algum clérigo, ainda que dada de livre vontade, incorrendo, por este motivo, na perda do ofício e no pagamento do dobro do que quer que tenha recebido, assim como a divulgação de informações sobre processos em curso.

O Meirinho deveria estar presente nas audiências para tratar dos assuntos necessários, sob pena do pagamento de uma multa no valor de um tostão para os presos do Aljube. No tocante aos seus honorários, é estipulado o seguinte: para cada prisão efectuada na cidade e arredores, receberá cem réis; do termo até uma légua,

³³ *Regimento dos Auditórios...*, fl. 24 v.

³⁴ A regulamentação das funções do Meirinho foi, posteriormente, objecto de melhor análise, tendo-lhe sido dedicado um documento autónomo, em data imprecisa, mas no decurso do século XVII. Esse mesmo documento pode ser consultado em anexo, no presente trabalho. Ver Anexo, documento II.

³⁵ *Regimento dos Auditórios...*, fl. 25.

duzentos réis; até duas léguas trezentos réis, e esta proporção deverá manter-se, à medida que aumenta a distância. Se, entretanto, o Vigário Geral o mandar prender alguém na ouvidoria de Machico, receberá quinhentos réis; se for na Calheta, setecentos réis. Põe-se, ainda, a questão da remuneração dos Meirinhos pedâneos, que auferirão cem réis por prisão que fizerem nas vilas ou arredores; sendo a prisão efectuada nos limites da ouvidoria, um cruzado, diminuindo este valor, de acordo com critérios estipulados pelo Ouvidor, à medida que a distância se encurta. Qualquer abuso por parte do Meirinho, no tocante ao pagamento devido, será castigado com suspensão por um ano, bem como com a devolução em dobro do recebido.

No que diz respeito ao cargo de Solicitador, incumbe-lhe a verificação dos livros das visitas aos quais tem acesso obrigatório, até um prazo anterior máximo de três anos, incorrendo aquele que lho negar em pena de prisão. Caso o prevaricador não seja passível de tal punição, será castigado como for justiça. Para todos os efeitos, porém, compete ao Solicitador arrecadar as penas da Chancelaria, para os respectivos cofres, bem como as das obras pias e da justiça, que deverão ser entregues ao Recebedor respectivo. Estes procedimentos ficam registados no livro da visitação, a fim de se evitar uma eventual duplicação do pagamento. Não procedendo deste modo, fica suspenso por seis meses, sendo obrigado a repor em dobro tudo o que não entregou ao Recebedor.

Outra das funções do Solicitador é a de aceitar denúncias de sacrilégio, as quais terão, no entanto, de ser entregues por escrito e assinadas pelo denunciante; caso o magistrado resolva prosseguir com a demanda, mas não tenha a informação devidamente assinada e com testemunhas, será condenado nas custas do processo, desde que o mesmo não fique provado.

Em caso de ausência do Solicitador, desde que *“em serviço da justiça poderá per si deixar outro, que seu officio sirva, o qual o Julgador deixará, e ouvilohá, dando-lhe tanta fé e credito, como daria ao proprio solicitador”*³⁶.

À semelhança do que se passa com o Meirinho, também o Solicitador deve guardar segredo sobre as causas, não podendo, igualmente, receber nada de ninguém, ainda que o não tenha pedido; caso contrário, perde o ofício e paga em dobro o que tiver recebido a favor de quem o acusar, que, no caso vertente, tanto pode ser o Promotor como qualquer outra pessoa.

O Solicitador cobrará por cada termo que abrir, até um máximo de cinquenta, seis réis por unidade; em circunstância alguma poderá auferir mais do que trezentos réis. Se o crime for de sacrilégio, o magistrado receberá a quarta parte do que for julgado.

³⁶ *Ibidem*, fl. 26v.

Ao Contador pertence determinar as custas dos processos, para o que terá em consideração o estipulado nas Ordenações do Reino ³⁷, cujo regimento será obrigado a ter, bem como o prescrito na lei do acrescentamento dos salários ³⁸. Em todas as outras situações, mesmo nos casos de resíduos, agirá de acordo com o que decidir o Julgador.

Sempre que houver queixas de erros nas contas, os agravados devem requerer correcção ao Chanceler, ou, na ausência deste, ao Julgador. Assim que o Julgador ordenar que se façam as contas de qualquer processo, o Escrivão deverá enviá-las imediatamente, ou até ao dia seguinte ao Contador, sob pena de suspensão por um mês. Este, por sua vez, não poderá reter as ditas contas mais que três dias, a não ser que o caso seja de molde a necessitar de um maior período de tempo, situação que terá de ser apreciada pelo Julgador, a quem compete dilatar o prazo, se assim o entender.

No caso particular do Escrivão, do seu vencimento deverão ser descontados os quarenta réis que as partes já lhe deram no início do processo.

O Distribuidor é a pessoa incumbida de dividir o serviço pelos Escrivães, estando obrigado a registar essa distribuição num livro, assinado pelo Julgador e com folhas numeradas, devendo publicitar essa atribuição com uma antecedência de quinze dias. Em nenhuma circunstância poderão os Escrivães ter acesso ao referido livro. Na ausência do Distribuidor, o livro ficará à guarda da pessoa que o Julgador decidir, a qual não poderá ser, como já referido, nenhum dos Escrivães. Quando estes tiverem dúvidas sobre o serviço distribuído, o caso será apresentado ao Julgador, que sobre ele decidirá, ouvido o Escrivão mais antigo.

Desde que qualquer queixa ou escritura venha a tribunal sem que as partes ou seus procuradores requeiram a distribuição, esta não se efectuará, ainda que algum Escrivão esteja interessado no serviço, podendo, até, oferecer-se para o pagar. O sumário de testemunhas num caso de sevícias requerido pelo Julgador pode ser feito por qualquer Escrivão que a parte escolher, não necessitando de ser distribuído; no entanto, depois que a mulher esteja posta em lugar seguro para poder requerer justiça, então, se distribuirá a quem pertencer.

³⁷ Ver *Ordenações Filipinas*, Livro I, Título XCI, p. 223.

³⁸ A questão da lei do acrescentamento dos salários prende-se, de facto, com a Lei de 27 de Julho de 1582, promulgada por Filipe I, sob o título de *Regimento Novo dos Desembargadores do Paço*. Esta lei, para além de reorganizar o funcionamento daquele tribunal, fixa novos montantes como remuneração dos cargos dos diversos intervenientes. É a esta parte específica do corpo legislativo, contida entre os parágrafos 117 e 123, que se reporta a referência a “*acrescentamento de salários*”. De notar, ainda, que apesar de estar em vigor desde a data da sua promulgação, a lei é incluída nas *Ordenações Filipinas*, publicadas em 1595, no seu Livro I.

O Distribuidor será pago de acordo com o que sempre se usou nestes casos, o que, de acordo com a já referida lei do acrescentamento dos salários, se cifrava no montante de seis réis por cada distribuição.

O Aljubeiro ³⁹ é o funcionário encarregado de “*aprizoar os prezos segundo os seus malefícios, e qualidades das pessoas*” ⁴⁰ e verificar, duas vezes por dia, se se mantêm encarcerados ou se tinham tentado a fuga, o que implica serem denunciados ao Julgador. O mesmo procedimento se deve adoptar se “*algum prezo hé soberbo, deshonesto, ou brigozo, em tal maneira, que o Aljube receba algum perigo*” ⁴¹.

À sua responsabilidade está, ainda, o impedir que no aljube se cometam malefícios tais como “*jugar cartas, ou dados a dinheiro seco ou arenegar (sic), e outros quaesquer, nem que os prezos, ou alguns outros homens de fora durmão na prizão com as Mulheres ahi prezas. E dormindo o Aljubeiro com alguma dellas, ou consintindo a outro, que com ella durma, não sendo seu Marido, esse mesmo feito perca o Officio, e seja degradado para a Ilha de São Thomé por dez annos. E sendo ella cazada, para sempre*” ⁴². Pena idêntica, de degredo para toda a vida na mesma ilha, sofreria o Aljubeiro se tentasse forçar uma prisioneira a dormir com ele, mesmo não o conseguindo.

Não poderá, igualmente, receber subornos, quer do próprio prisioneiro, quer de interposta pessoa, para o deixar andar à solta, ou diminuir-lhe o tempo de encarceramento, o que lhe acarretaria a perda do officio. Se o deixar sair da prisão, de dia ou de noite, ou o deixar andar sem ferros, o Aljubeiro incorre em pena de prisão e pagamento de dois mil réis. Se, por manifesta culpa do guarda, o preso fugir, o referido guarda deve cumprir a pena a que o preso estava obrigado e indemnizar as pessoas lesadas pela fuga. Mesmo que o Aljubeiro tivesse sido substituído a seu pedido na altura em que se deu a fuga, incorreria na mesma pena, bem como aquele que estava no seu lugar.

³⁹ O Aljube é a prisão eclesiástica, à qual deveriam ser remetidos os indivíduos feitos prisioneiros no seguimento de processos do foro religioso. Na diocese do Funchal, situava-se no edifício da Sé e a sua existência é muito mais antiga do que a de instituições semelhantes em dioceses do Continente. Veja-se o que a este propósito diz Fortunato de Almeida, quando refere, como um dos auxílios prestados pelo braço secular ao eclesiástico, a cedência de instalações prisionais civis para recolher presos da Igreja. É o que se passa em Portalegre, em 1645, onde o cabido foi autorizado a continuar a utilizar a cadeia secular para os seus prisioneiros, “*por não ter aljube próprio*”, ou o que acontece em Faro, em 1662, data em que ainda se pede licença para a construção de um aljube. Fortunato de Almeida, *Ibidem*, Vol. II, p. 233. Por outro lado, e também a este respeito diz Bernardino Carneiro (*ibidem*, p. 403) que uma Carta Régia de 1 de Agosto de 1617 “*encommendara aos prelados do reino a fundação de aljubes*”.

⁴⁰ *Regimento dos Auditórios...*, fl. 29 v.

⁴¹ *Ibidem*, fl. 29 v.

⁴² *Ibidem*, fls. 29 v. e 30.

Os prisioneiros têm de obedecer em tudo ao guarda; quem, solicitado três vezes, não acatar as suas ordens e lhe resistir, poderá ser obrigado, ainda que “*com offensa de sua pessoa, com tanto que guarde a temperança que no caso deve ter*”⁴³.

Se o preso for clérigo ou de condição social relativamente elevada – beneficiado, vassalo, “*Mestre de Nao de Castello davante*”⁴⁴ – e quiser circular dentro do Aljube, com ferros, e desde que a qualidade do seu crime seja compatível com esta benesse, podê-lo-á fazer, na condição de pagar cento e quarenta réis. Os restantes pagarão apenas cem réis.

Se acontecer que alguém seja feito prisioneiro por engano, ou sem mandato judicial, ou, ainda, que antes de ser encarcerado, venha ordem para que se liberte, o Aljubeiro não poderá fazer pagar carceragem.

O Porteiro das audiências exerce as suas funções, que consistem em entregar citações e em trazer as partes às audiências, dentro da cidade e até uma légua ao redor. Dependendo da distância, receberá pagamentos diversos que vão desde os vinte réis a que terá direito se agir dentro da cidade, passando pelos cinquenta réis que auferirá nos arrabaldes, chegando aos cem réis se actuar até uma légua. Sendo as citações relativas a resíduos, ditos grandes no caso de o valor implicado ser superior a cem mil réis, receberá oitenta; dos de valor inferior, quarenta réis. Acontecendo que tenha de fazer até três diligências sem encontrar os que deve citar, não terá direito a nenhum pagamento extra, limitando-se a receber o respectivo salário; se a pessoa a citar for clérigo, não receberá nada, correndo o risco de perder o ofício para sempre, se fizer o contrário.

A estrutura judicial agora montada volta a ser referida num relatório de visita “*ad Limina*”, de 1693, da autoria do bispo Frei José de Santa Maria que, depois de apresentar as razões que o impediam de se deslocar pessoalmente, ou através de representante, a Roma – “*serem as rendas muito ténues e haverem grandes perigos de mar e corsários*”⁴⁵ – e dentro de uma longa dissertação sobre as precárias condições económicas da diocese, descreve a estrutura funcional dessa mesma diocese, apresentando um conjunto de cargos que o coadjuvam no tratamento das causas espirituais e temporais, que, no essencial não difere da estrutura inicial. Assim, diz o Bispo que “*Tem este Bispado hum Provisor, que conhece das*

⁴³ *Ibidem*, fl. 31.

⁴⁴ O “*Mestre de Nao de Castello davante*” deve corresponder ao comandante de um barco de uma certa dimensão, uma vez que nas *Ordenações Filipinas* se dá como equivalente, em termos sociais, o de “*Scudeiro*” ou comandante de um “*navio de carga de oitenta tonéis*”. Ver *Ordenações Filipinas*, Livro I, p. 79.

⁴⁵ AHDF, Relatório do Bispo do Funchal sobre o estado da Diocese enviado ao Papa na visita “*ad Limina*” fls. n. ns. Este documento encontra-se, também, microfilmado in ARM, Mf. 670.

causas espirituais, que tem de renda em dinheiro somente 25 ducados de Câmara. Tem mais um Vigário geral para as causas temporais que tem de renda em dinheiro 37 ducados de Câmara; assim mais há 6 notários Apostólicos ⁴⁶, 5 escrivães do auditório aonde entra hum escrivão da Câmara Episcopal que tem de renda em dinheiro 5 ducados; há hum promotor, hum distribuidor, e um aljubeiro". ⁴⁷

⁴⁶ Por notário apostólico deve entender-se aquele "*que em cada diocese estava autorizado a lavrar termos em matéria eclesiástica, ou a expedir para Roma os pedidos das dispensas matrimoniais*", segundo Entrada "Notário" in *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Coordenação de José Pedro Machado, Publicações Alfa, Lisboa, 1991.

⁴⁷ Relatório do Bispo do Funchal sobre o estado da Diocese enviado ao Papa na visita "ad Limina", fl. n. n. Os sublinhados encontram-se no original.

DOCUMENTO 1

Certidão de 1773 sobre o REGIMENTO DOS AUDITÓRIOS ECLESIAÍSTICOS DO BISPADO (1589)

ARM, AHDF, 68, fls. 8-31v. Microfilme 685

Livro do Regimento e Estylos deste Auditorio Ecleeziastico do Funchal e dos mais do Bispado, ora novamente dado e ordenado do Senhor Bispo D. Luis de Figueiredo de Lemos

D. Luis de Figueiredo de Lemos, por mercê de Deus e da Santa Igreja de Roma, Bispo do Funchal e Arguim e do Conselho de Sua Magestade.

Fazemos saber que como hua das principaes obrigaçoens de Nosso Pastoral Officio seja só bom governo e administração da justiça: Tanto que no dito Bispado sucedemos tratamos de ver e saber as faltas que nisso havia: e achamos que por descargo de nossa consciencia, e bem da justiça e jurisdição ecleeziastica devíamos de prover com alguns Ouvidores e Ministros dela como de feito provemos e ordenámos que além de nosso Vigario Geral e seus officiaes, hajam quatro Ouvidores com seus Ministros necessarios: hum em Arguim e lugares a elle sujeitos; outro na Ilha de Porto Santo e dois nesta, em as Villas de Machico e Calheta, com os territorios e jurisdição declarados em seus Regimentos.

E outro sim ordenámos e fizemos o Regimento e Estylo seguinte, e mandámos ao nosso Vigario Geral e Ouvidores que o façam cumprir e praticar inteiramente em seus Auditorios e fora delles quando for necessario e dele se mande o traslado (sic) aos ditos Ouvidores para que o saibam e conforme a elle se rejam.

Dada no Funchal, sob nosso signal, somente aos quatro de Novembro de 1586 annos. Gaspar Nunes, Meio Conego a fiz, por mandado do dito Senhor //Bispo de Funchal//.

Regimento dos Auditorios Ecleeziasticos do Bispado do Funchal

Primeiramente o Julgador procurará, quando for possivel, que se abreviem os processos e as demandas tenham fim, ocorrendo e obviando as Artes e Manhas dos litigantes em qualquer parte do Juizo.

Fará audiencia duas vezes na semana; no Funchal, á quarta feira e ao sábado. Porque como só nestes dias, pela manhaã, se não fazem audiencias no secular, concorrem advogados, letrados ao Auditorio para melhor expedição das cauzas. A hora será quando levantarem a Deus na Missa de terça, e se derem as badelladas. Em os outros lugares, Ilha de porto Santo, Arguim, Machico e Calheta, á mesma hora e nos dias de menos occupaçoens. Isto se fará desde o primeiro de Setembro até o derradeiro de Junho e Julho.

No mez de Agosto e Setembro nesta Ilha; e na do Porto Santo e Arguim, no mez de Julho e Agosto se daram ferias ás partes que as pedirem, e não se procederá, nem fallará em seus Feitos, salvo de consentimento eexpresso de ambas, posto que se mostre Alvará em contrario.

E os Escrivaens que não forem presentes em se comessando a Audiencia, pagaram vinte reis para os prezos pobres, e serão disso admoestados; E os Procuradores também admoestados se não forem deligentes. E se os Escrivaens forem algumas vezes occupados, ou entenderem que serão por espaço de duas Audiencias, encomendaram seus Feitos e o officio a outro Escrivão, pedindo primeiro licença ao Julgador. E não fazendo isto serem suspensões da destribuição por hum mez. O que também se entenderá nos Procuradores se o contrario fizerem; e serão suspensões por hum mez, que lhe não dem Feitos; e assim huns como outros, não iram da Audiencia salvo com licença.

Chegando o tempo da Audiencia, primeiro publicará o Julgador os Feitos, e publicados, o Promotor da Justiça, dará os que tiver, e fallará a rol e meterá suas partes á vara; e depois dele, os outros procuradores, pela mesma ordem e sua antiguidade.

E propondo se que o Reo hé citado, perguntará o Julgador quem o citou, e pera quando, e manda lo há apregoar, e não apparecendo, ou seu procurador, mandará passar Mandado de penhora da quantidade que lhe parecer, conforme a qualidade da pessoa; e na dita quantidade será penhorado por maneira que constrangido venha a Juizo pos esta via, e não por censuras, salvo quando não houver em que se faça a dita penhora; E vindo a Juizo compellido das censuras pagando as custas dellas e dando caução promissoria somente de custas a Juizo, logo será absolto da censura. E vindo lhe fará assim a elle, como ao Autor as perguntas que lhe parecerem necessarias, ás quaes elles per si responderam, se não forem simples; sub pena de pagarem os Procuradores que se intrumeterem a responder sem licença do julgador, vinte reis para os prezos pobres. E se por ellas não poder determinar a cauza, haverá o Reo por citado por todos os termos, e autos judiciais, até ouvir sentença diffinitiva inclusivé. E mandará ao Autor que o venha obrigando com libello a primeira Audiencia sendo a cauza de mayor quantia que mil reis: porque se for de menos, determina la há sem libello, tomando informação das partes, ou de quem lhe parecer, ou por via de juramento, (querendo a parte deixalo na alma da outra). E ainda que a quantia seja mayor, se se apresentar conhecimento sobre ella, e for reconhecido, não curará de mais libello: antes condemnará logo assignando dez dias para pagar. E o mesmo fará mostrando se Escriptura publica, pura sem condição. E allegando se Embargos, e sendo de receber, não pronunciará no recebimento sem primeiro o Embargante depozitar.

Não vindo o Autor com libello, será o Reo absoluto da Instancia, e o Autor condemnado nas custas sendo primeiro apregoad. A mesma condenação se fará quando se não apresentar Escriptura publica com o libello, sendo elle tal que se não possa apresentar de outra maneira, ou fazendo se nelle menção de Escriptura publica sem se apresentar. E vindo com o dito libello, mandará que lhe vá concluzo, e achando que se deve receber, recebe lo há nesta forma

Recebo o libello pelo A offerecido; conteste o R. e se tiver contrariedade venha com ella até a segunda Audiencia.

E tendo o Reo alguma excepção ou excepções dilatorias alega las há todas juntamente a seu tempo, sobre as quaes o Julgador mandara ir concluzo ou que se dê vista ás partes para apontarem sobre o recebimento quando lhe parecer; e não sendo de receber porá este despacho:

Não recebo a Excepção pelo R. Apresentada; conteste, e se tiver contrariedade venha com ella até a primeira Audiencia, e pague as custas retardadas.

E sendo para receber, dirá:

Recebo a Excepção do R.; mando ao A. que contrarie até a primeira Audiencia.

E proceder se há sobre ella, e a sentença será nesta forma:

Vista a Excepção do R. E a contrariedade do A.com o mais sobre ella allegado e provado tal e tal couza, com o mais que dos autos se mostra, julgo ...condemno ao A nas custas dos autos desta Excepção.

E quando não proceder dirá:

Vista a Excepção ... como acima, julgo tal e tal couza: Mando ao R. Que sem embargo della satisfaça com tal couza até á primeira Audiencia e condemno-o nas custas retardadas.

E nas Excepções não haverá vista para replica ou treplica. E quando o Autor offerer escriptura ou autos com o Libello, tendo o Reo que dizer contra a dita Escripura, autos e libello: dirá primeiro; E o Autor por derradeiro. E quando com outros artigos, e rezoens, ou por qualquer outra maneira, dirá primeiro a parte que os offerer ao tempo que lhe foy assignado para vir com os ditos artigos, ou razoens ... E apresentando rescripto do Papa com inhibitoria ou sem ella, ou Alvará DelRey, ou do Prelado, e a outra parte quizer dizer contra elles seja dada vista, e dirá primeiro, e a parte que o apresentou responda, e vá concluzo para se determinar o que for justiça, e da determinação se poderá apellar, ou agravar.

E recebido o Libello contestará o Reo logo na mesma Audiencia, ou seu Procurador por elle, e se tiver embargos á contestação, ser lhe á dado o feito para elles ou achando o Julgador que não são de receber, será o Procurador condemnado em duzentos reis para as despesas do Auditorio. E vindo, recebe-los há se forem por desembargo. E assignará logo ao Reo dez dias em que faça certo dos embargos. E passados os des dias mandará ir o feito concluzo, e achando que o Reo os não provou, porá este despacho:

Visto como o R. não prova sua Excepção, não recebo e sem embargo della, lhe mando que conteste e contrarie, e condemno o nas custas retardadas.

E se for provada, porá este despacho:

Vista a prova que o R. deu, recebo sua Excepção, e mando ao A que a contrarie até a primeira audiencia.

E proceder se há por diante; e a sentença será:

Vista a Excepção peremptoria apresentada, e todo o sobre ella, por hua, e por outra parte allegado; e como se prova tal e tal couza, com o mais que dos autos

parece; Mando que por esta cauza mais se não proceda, e absolvo o R. do contra elle pedido pelo A, o qual condemno nas custas dos autos.

E quando não proceder dirá como acima Vista ... e acrescentará:

Julgo, e declaro o R. não provar sua Excepção na forma que era obrigado: E sem embargo della, mando que conteste, e contrarie até a primeira audiencia; e condemno o nas custas retardadas.

E será lembrado o Julgador demandar contestar sobre qualquer incidente, e a contestação em todo o cazo bastará se for feito nesta forma: Contexto pela clauzula geral. Sobre a qual contestação o Julgador logo verbalmente pronunciará dizendo: Contesta sufficientemente, ou palavras semelhantes. E ainda que não haja esta pronunciação não faz o cazo; basta que o escrivão a ponha por termo. E contestando o Libello, virá o Reo com sua contrariedade ao termo que lhe foi assignado; e vindo o Julgador a mandar ir concluza, e o despacho será o seguinte:

Recebi a contrariedade do R.; se o A tiver replica, venha com ella até a primeira audiencia.

A replica se receberá tambem por dezembargo e os mais artigos: treplica, accumulativos, e contrariedade a elles, se as partes com elles vierem: e não vindo com elles, ou com quaesquer embargos ou excepções aos termos que lhe forem assignados (que todos devem ser até a primeira audiencia) ou nam derem o feito no tempo, que lhes foi mandado, por isso mesmo fiquem lançados daquillo com que havião de vir. E posto que depois venhão, nada lhe seja recebido: Antes riscado de maneira que nunca se possa ler. Porem se vierem á primeira audiencia depois de serem lançados, e allegarem tal razão juridica porque o não deverão ser, o Julgador conhecerá da dita razão, dando primeiro juramento, se se allega bem, e verdadeiramente, e sem mais outra prova dará lugar, que até a primeira venhão com artigos de que forão lançados.

E quando as partes para a contrariedade, e mais artigos tiverem necessidade de alguns autos, Escripturas que estiverem em outro lugar, e assim o jurarem, e que sem elles nam podem fazer os ditos artigos, dar se lhe há tempo conveniente para os trazerem. E elle passado, e não os trazendo, serão delles lançados e dos artigos com que houverem de vir para sempre: posto que digam que os querem formar sem os ditos autos ou escripturas; e seram condemnados nas custas do retardamento; e as partes offereceram com o libello, ou artigos com que vierem todas as escripturas ou Autos de que fizerem menção, ou forem necessarios de direito.

E será lembrado o Julgador, que tanto que receber a treplica, ou lançar a parte della, mande no mesmo dezembargo, que até a primeira audiencia se nomeem testemunhas. E se a outra parte pedir vista para accumulativos, conceder lha há e seram recebidos pelo modo acima dito, se forem para isso. E quando não, dirá que os não recebe e que nomee como lhe foi mandado. E pode a parte vir com accumulativos ainda depois de assignada a dilação, se todavia não foi tirada já alguma testemunha.

Offerecidos os Reos das testemunhas, assignar se hão vinte dias juntamente, pela primeira e segunda dilação, e pela terceira, se a parte a pedir; e se tiver feita diligencia,

des dias, mais ou menos, segundo arbitrio do julgador que se receberá pela quantidade e qualidade da cauza. Pela quarta dilação cinco dias. Mas não se concederá esta sem a solemnidade legal, que hé jurar a parte que a pede bem, e verdadeiramente, e não a fim de dilatar. E todas estas dilaçoens serem comuns a ambas as partes.

Passados os ditos termos, que todos e outros quaesquer em quaesquer feitos sam peremptorios, não nomeando as partes testemunhas, ou não tirando carta para fora quando fora querem provar: por este mesmo feito ficam – nados da prova de testemunhas para sempre salvo havendo impedimento da parte do Juiz ou Escrivão.

E se em todas estas dilaçoens fizerem deligencia e não estiver por elles, e pedirer reformatão, o Julgador lhe dará aquella que justa parecer; e ella passada serem lançados demais provas do lugar do Juizo, e até a primeira audiencia tiraram carta para fora, tendo a protestada quando nomearão testemunhas. Pera o qual o Julgador lhes assignará tempo, segundo a distancia dos lugares e difficuldades do caminho; E neste cazo não assignará mais de hua só dilação. Podê la há todavia reformar se houve impedimento, ou sem elle, de aprazimento das partes.

E quando qualquer das partes, ou ambas, disserem que ham de fazer suas provas em diversos lugares, ellas mesmo faram repartição de quantos dias hão de gastar em cada hum lugar; e não se concordando nella o Julgador haverá, e a concordará o mais comodamente que poder, fazendo declaração na carta qual hé o lugar em que primeiro se há de fazer inquirição, e depois qual hé o segundo e terceiro, ou mais repartindo na carta pelos mesmos lugares todo o tempo da dilação. E será noteficada á parte contraria o modo da dita carta: E o Escrivão será avizado que faça a carta em tal forma que por ella seja dito aos Julgadores a que foi enviada, que nam tirem segunda a inquirição emquanto durar o tempo da primeira, e dahi em diante. E que sendo formadas perante elles contraditas em maneira que procedão, havendo elles verdadeira informação da prova principal, tirem as inquirçoens assim sobre as contraditas, como sobre o mais. E sendo a carta assim notada se as partes não quizerem usar do dito remedio, nam serem mais ouvidas sobre as contraditas que alleguem ter ás testemunhas de fora.

E quando os Autores em feitos crimes accuzão os Reos que por suas accuzaçoens, e querellas sam prezos em prizoens publicas, ou sobre carta de fiança seguro, homenagem andão a feito pedirem dilação para fora do Bispado, tendo já dado prova, e inquirçoens contra os ditos Reos, o Julgador verá as inquirçoens, e tomará conclusão se deve conceder a dita dilação ou se porá o Autor caução de ouro ou prata, para a perder não vindo provado o que pertendia, e assim o mandará e pronunciará.

Enquanto as dilaçoens durarem, todas as testemunhas que as partes ou seus Procuradores jurarem que houveram de novo lhes serem perguntadas e nam depois. E se algua das partes requerer que a contraria deponha aos artigos e que lhe seja dada vista dos depoimentos primeiro que lhe assigne dilação e a dita parte contraria for prezente no lugar em que o feito se tratar, ou no termo assignado, o Julgador constangerá a isso mandando lhe que directamente deponha até a primeira audiencia, negando ou confessando o contheudo nos artigos.

E depois que hua vez depozer, e for aceitado seu depoimento, posto que não depoizesse directamente, não será obrigado a depor outra vez, salvo se abertas as inquirçoens ella fosse por ellas informada da verdade que de antes não sabia; E se

nas cartas que ao Autor e Reo são dadas para fora for mandado que a parte deponha, bem se poderá tomar o depoimento enquanto durar a dilação.

E posto que as inquiriçoens sejam offerecidas em Juizo despois do termo, e depois de lançadas as partes, se por ellas constar como forão tiradas dentro no termo, sendo apresentadas antes de dada a sentença, receber se hão.

Acabada a dilação lançará o Julgador verbalmente as partes demais prova, e mandará dar vista para embargos, se os houver, ao lançamento. E não os havendo, lançará as partes de embargos —. E vindo o Autor com elles, pertendendo ser restituído a prova, allega los há primeiro que venha com contraditas; e concluzos se o Julgador achar que são de receber, assim pronunciará, ou pelo contrario, e mandará que contrarie a parte. —. E assignará des dias para prova. E havendo contraditas, mandará dar os nomes das testemunhas para ellas, se lhes forem pedidos. E recebe las ha todas, ou parte segundo lhe parecer. Como pode tambem fazer em todos os outros artigos. E não sendo de receber dirá:

Não recebo as contraditas ex causa: Hei as inquiriçoens por abertas e publicadas arazoem as partes em final.

E sendo para receber porá o despacho seguinte:

Recebo as contraditas ou tal, e tal artigo; faça se certo dellas em termo de cinco dias.

Tanto que a prova das contradictas for feita (que será dando tres testemunhas somente a cada artigo, ou o termo for acabado não havendo reprovos e affirmas (sic) que alguas vezes soem haver, e se devem admittir sendo para isso) o Julgador a requerimento da parte dirá como acima, que há as inquiriçoens por abertas, e publicadas e que arzeoem em final; e arzeoará cada hum até a primeira audiencia, ou mais segundo o parecer do julgador, havendo respeito á qualidade do feito.

E se as partes disserem que não podem arzeoar sem alguns autos, escripturas, se allegarem, e jurarem que estam no lugar do Juizo, ser lhe há dado termo conveniente para os trazerem; e não nos trazendo, seram lançados delles e das razões com que houverão de vir. E sendo fora do lugar do Juizo, não lhe seja mais termo concedido, que aquelle que lhes for dado se no dito lugar estiverão.

Acabado que as partes arzeoem, o Julgador mandará hir o feito concluzo, e dará sentença expressando nella as causas, e fundamento porque se move; E quando algua das partes appellar pode-o fazer por palavra, se for na mesma audiencia, em que a sentença se publicou dizendo quando appellar do Vigario Geral:

Appello para a Corte Metropolitana de Lisboa: Peço os Apostolos. ---. Ou tambem para a Santa Se Apostolica, e seu legado; Peço

E se appellar de alguns dos Ouvidores do Bispado, dirá:

Appello para a Corte Diocesana do Funchal. Peço os Apostolos

Interposta assim a appellação, o julgador a mandará logo ir concluzo, e havendo a de receber porá o despacho nesta forma:

Por reverencia da Corte Metropolitana de Lisboa, ou por reverencia da Santa Se Apostolica (se para ella foi appellado) recebo a Appellação por parte do Appellante interposta: assigno lhe tantos dias para a seguir e insinuar perante mim. E por Apostolos reverenciaes lhe dou os autos deste processo.

E se for dante algum dos Ouvidores dirá:

Por reverencia da Corte Diocezana do Funchal recebo a Appellação por parte do Appellante interposta.

Não sendo a appellação de receber porá assim o despacho:

Não recebo a Appellação por parte do Appellante interposta, e sem embargo della, cumpra se o que está mandado: E por Apostolos refutatorios lhe dou os autos deste processo.

Porem se a appellação for interposta por intervalo, com tanto que seja dentro em dez dias (porque depois delles não se pode appellar) hé necessario que se appelle por escripto e para isso se peça vista e entam se pediram os Apostolos sepe, sepins, sepissime: instans, instantius, instantissime em o contexto. O mesmo será quando se appellar de interlocutoria, ainda que seja na mesma audiencia, e incontinentem. Exprimir-se-hão nella particularmente as cauzas do agravo, o que não hé necessario na Appellação diffinitiva; abasta que se allegue geralmente o agravo.

Será lembrado o Julgador que não receba appellação de interlocutoria, salvo quando a tal interlocutoria se não pode reparar pela diffinitiva: Nem consinta agravar nos autos do processo, porque não hé de foro Ecclesiastico.

Pedindo se carta testemunhavel, será dada com todos os autos, ou com o traslado da sentença, e de como se appellou, e não foi recebida a appellação, ou o que a parte quizer. E sendo denegada, o escrivão do feito de seu Officio lha dará da denegação com o theor dos autos se for pedido, sem as inquirições, em cazo que abertas e publicadas não sejam. E o Escrivão que a não der dentro em trez dias seja suspensão do Officio por hum anno.

Porem se os autos forem de qualidade que em trez dias se não possam trasladar, e as partes os quizerem assim sumariamente, que somente fação menção da substancia do cazo, dar se hão dessa maneira sub a dita pena.

E posto que das Inquirições, sendo abertas e publicadas se deva dar o traslado quando se pede carta testemunhavel: todavia se as taes inquirições culparem alguma pessoa em cazo de que se possa seguir morte, ou cortamento de membro, ou pena outra com efusão de sangue, não se daram sem especial licença do julgador, que nisso deve ter muito resguardo, segundo direito canonico. E daram os Escrivaens as ditas cartas, sem as inquirições, fazendo declaração que não as podem dar sem a dita licença.

Fazendo se requerimento por escripto ao julgador e pedindo se instrumento com resposta, ou sem ella, se a dar não quizer, seram os Escrivaens obrigados a publicar lho, e responderá dentro em dous dias contados de momento a momento: E se a parte quizer replicar, e o julgador treplicar, fa lo hão dentro em outro tanto tempo, contado pelo mesmo modo. E o Escrivão será deligente no sobredito; e em trez dias dará o instrumento á parte de seu officio com resposta, ou sem ella, para onde couber a carta

testemunhavel, que comessara: A quantos esta minha carta testemunhavel virem ---, sub seu signal com os nomes das testemunhas que presentes forem. E não o cumprindo assim, por este mesmo feito perca o officio, e nunca o mais haja.

Passado o termo que for assignado para o prosseguimento da appellação, pode o appellado accuzar o appellante e sita lo para a dezerção. E vindo elle com embargos legitimos sera admittido, e restituído. Mas se o prosseguir e insinuar no dito termo não se poderá o Julgador aqui intrumetter na cauza, nem menos poderá haver a appellação por dezerta em cazo que o Appellante per si, ou per seu Procurador a fez attempar antre elle, e o Appellado, posto que o Appellante nam tire a appellação dentro do termo, porque neste cazo poderá o Appellado, pois já a appellação hé attempada, tirar dia de apparecer; E o Juiz superior a haverá por dezerta, e não seguida.

Apparecendo as partes por via de Appellação diante do superior adquem mandar lhes há dar vista para arrezoar; e arrezoará primeiro o Appellante, e se elle, ou o Appellado quizerem allegar artigos de novo, e vir com libello appellatorio, dirão nas razoens as cauza de que querem fazer artigos, e pediram licença para os allegar, e irá o feito concluzo, e achando o julgador, que os artigos forão já allegados, ou são impertinentes para a sentença diffinitiva, logo sem lhe dar licença para os allegar, despachará o feito pronunciado em cazo da appellação. E se for impertinente porá o despacho seguinte:

Dou licença ao Appellante ou Appellado, que forme artigos de novo nesta instancia da materia que aponta, com os quaes satisfará até a primeira audiencia.

E formar se há segunda instancia pela ordem da primeira.

Acerca da execução da sentença offerecendo o condemnado penhores, moveis ou de raiz, ou mandando do Julgador fazer nelles penhora guardará em todo a forma da Ordenação do Reyno, e no mais que pertencer a ordem do Juizo, e não se achar provido pelas Constituições do Bispado o (u) este estylo.

Causas sumárias que mais frequentemente se offerecem:

Matrimonial e Sevicias

Perguntas: as quaes o Julgador fará persy mesmo ás partes com juramento: E o que disserem nas perguntas, e os nomes das testemunhas de vista que o Autor logo nomeará em segredo ao Escrivão, estará em guarda sem haver vista ninguem até abertas, e publicadas; e per si tambem, e não por outrem, perguntará as taes testemunhas. Haverá Libello como nas mais causas: Mas não haverá contestação por ser sumaria: salvo se se tratar de desfazer o Matrimonio quanto á coabitación por razão de sevicias, ou por qualquer outra causa. E sendo por sevicias procerdesehá nesta forma: A parte que se queixar fará petição pela qual o Julgador por despacho mandará que se faça sumario, e feito lhe irá concluzo. Constando de sevicias mandará depositar a Autora em hua caza honesta, e mandar lhe há entregar cama, joyas, e vestidos, e citar se há o marido para a cauza, e fará inventário com juramento, e do marido haverá alimentos e conforme a fazenda, officio, e renda que tiver té que se dê sentença. Poderá toda-

via o Reo allegar embargos de espolio que se admittiram, sendo de receber; E porem em quanto durarem lhe darm alimentos; E não havendo embargos virá a Autora com libello e proceder se há ordinariamente como nas mais cauzas.

Cauza Decimal

Mandar se há passar Monitoria á petição da parte com clauzula justificativa, e termo de seis dias ou trez; E poderá o Reo vir com Embargos, os quaes não se admitirão senão quando concluirem que o Reo nunca pagou dizimos salvo hua uniforme penção.

Sacrilegios

Tanto que for sabido que há sacrilegio, far se há sumario de testemunhas: E constando o delicto em maneira que o Reo encorresse em excomunhão, antes de ser absolto depositará dinheiro ou penhor que valha dez cruzados, ou menos segundo o cazo. E depositados será absoluto até a concluzão da cauza com reincidencia. No proceder até a sentença se terá a ordem dos outros cazos; e será sem contestação como em todas as cauzas sumarias se faz. E quando alguns clerigos pozerem maons violentas em outros, e pedirem ao Julgador beneficio de absolvição da excomunhão em que encorrerão, posto que confessem o modo em que o cazo aconteeo, e se dem por culpados, não nos absolverá o Julgador sem primeiro mandar fazer Sumario de testemunhas se as ahi houver, não passando de quatro, e achando por elle, ou sem elle (em cazo que nam haja testemunhas) que a absolvição não pertence de necessidade ao Sumo Pontifice, os absolverá, ou mandará absolver, pondo primeiro caução de Ouro, ou prata pelo sacrigelio digo sacrilegio, segundo a qualidade do cazo for, sendo pessoas que o possão por e depozitar para a condenação do sacrilegio, quando pelo Julgador forem condemnados.

Injuria Verbal

Far se há petição, e apresentada, o Julgador lhe porá o despacho nesta forma: Pergunte se testemunhas pelo contheudo na petição, e a parte seja citada para as ver jurar. E antes de se perguntarem as testemunhas, não mandará dar vista senão para embargos ao procedimento ou reconvenção. E não havendo nenhuma destas couzas irá concluzo: Se forem injurias infames poder se há proceder por prizão a qual se poderá fazer assim antes da sentença, como ao tempo della. Isto da injuria verbal se entenderá quando o Injuriante contra quem se intenta a acção de injuria for Ecclesiastico. E o mesmo será quando o Injuriante for leigo, e o Injuriado Ecclesiastico; não estando primeiro a jurisdição preventa no Juizo secular, porque então nelle se demandará a injuria, emenda e corregimento. Porem quanto ao sacrilegio, e excomunhão (se a encorreo) em todo o cazo se procederá no Juizo Ecclesiastico, conforme o direito e Nossas Constituições.

Nas mais cauzas sumarias se terá esta ordem geralmente: Offerecido o Libello, ou petição irá concluzo sem se dar vista ás partes, e o Julgador o despachará como

for justiça. Publicado o despacho, mostrá lo há o Escrivão na Audiencia á parte, ou a seu Procurador para uzar do remedio que lhe melhor parecer; e se as partes quizerem impugnar por razoes o recebimento do dito Libello, ou petição antes de serem recebidos, ou depois, ser lhes há dado o feito para isso. E se o mal impugnarem, pague o procurador por esse mesmo feito hum cruzado, para obras do Auditorio.

Feitos Crimes

Aprezentado o Libello, mandá lo há o Julgador lêr em alta vós (se não for contra clérigo, ou sobre crime de herezia) porque em qualquer destes cazos o mesmo Julgador o lerá entre si: E logo incontinente o receberá por palavra; E irá o feito por diante em termos ordinarios até sentença.

De Vizitação

Em feitos de Vizitação, quando o culpado se quizer defender hé necessario que impetre comissão do Prelado, e impetrada poderá o Julgador conhecer da cauza enquanto durar o tempo prefinido (sic) na comissão e proceder se há ordinariamente. E será advertido o Escrivão que no traslado das culpas da vizitação não dê os nomes das testemunhas que nella testemunharão por atalhar aos odios que os culpados concebem contra ellas e assim ameaças; pelos quaes muitas vezes se não denuncião os peccados em as vizitações (como temos sabido por experiência) e ficão sem castigo e emenda. Mas será o dito Escrivão obrigado a dar de fora ao Escrivão do feito hum rol dos ditos Nomes misturados com outros que não testemunharão, para o culpado formar suas contraditas querendo com ellas vir.

Dos Ouvidores e sua jurisdição –

Por este Bispado ser de Ilhas, e partes remotas, (como hé Arguim) das quaes em alguns tempos se não pode navegar, e em outros se não navega senão com difficuldade, e esta Ilha tam fragosa, que a mayor parte se não anda por terra, sem muito trabalho e perigo, e todo o serviço das Villas e lugares della para esta Cidade hé por Mar, e por este respeito difficultoso o accesso a nosso Vigario Geral: Para bom governo delle foi antigamente por alguns nossos antecessores ordenado, que houvessem alguns Ouvidores, os quaes por descurso do tempo se forão extinguindo, e cessarão, cessando tambem a concervação e uzo da jurisdição Ecclesiastica, e a administração da justiça as partes. Ao que querendo Nos hora accudir por descarrego de Nossa consciencia, e bem da dita jurisdição: Provemos, e ordenamos que haja neste Nosso Bispado quatro Ouvidores pedaneos com jurisdição lemitada, e delegada segundo forma de suas Cartas e Regimentos: Hum no Castello de Arguim, e lugares a elle sujeitos; outro na Ilha de Porto Santo; e dous nesta: hum em as villas de Machico, e Santa Cruz, com as freguezias de Santa Beatriz de Agoa de pena, São Sebastião do Caniçal, Porto da Cruz e Fayal, Santa Anna, São Jorge; e outro na Villa da Calheta, e seu Termo, com as freguezias do Porto do Monis, e Seyçal, os quaes conservaram, e

sustentaram as couzas de nossa jurisdição, executaram todos os testamentos, ultimas vontades, legados e piedozas disposições: tomaram conta das Capellas, confrarias, hospitaes, Albergarias, guafarias (sic), e de quaesquer lugares pios, não sendo da immediata protecção del Rey nosso Senhor. E administraram a justiça as partes, ouvindo, julgando, e determinando as cauzas Ecclesiasticas conforme o direito, Constituições Episcopaes, e seus Regimentos, nos lugares somente de suas Ouvidorias. E porque são como Juizes delegados, não poderam commeter suas vezes a outrem, salvo nos cazos que expressamente para isso lhes forem concedidos. E poderam as partes appellar de todas suas sentenças para nós, ou nosso Vigario Geral; tendo para ello motivo e razão; e dado que as partes nam appellem, elles seram obrigados a appellar por parte da justiça nos cazos abaixo declarados.

De Arguim

O Ouvidor de Arguim (por estar muito distante desta Ilha) conhecerá de todas as cauzas Eccleziasticas civeis, e crimes, e as determinará conforme a (sic) direito e nossas constituições.

Appellará por parte da justiça em todos os cazos crimes em que houver libello ou deva haver, e o feito for comissado, ou tomado por parte da justiça. Item appellará de toda cauza Matrimonial, ad separandum, e sendo ad contrahendum (quando se tratasse de matrimonio de presente valido segundo a forma do Sagrado Concilio Tridentino) appellará se a tal cauza for em prejuizo doutro casamento feito antes, ou depois, ou havendo impedimento de parentesco, de consanguinidade, afinidade, ou cunhadio, ou de ordem, ou outro qualquer, ainda que as partes se contentem da sentença. Da mesma maneira appellará das cauzas de Espozorios de futuro, quando nelas se allegar algum dos sobreditos impedimentos dirimentes, e provenientes em favor do Matrimonio.

Item appellará de toda a Sentença que der de Sacrilegio.

Item nos feitos entre partes em que houver querella, e a parte juratoria accuzar até final, se no tal cazo o clerigo accuzado encorreo em excomunhão, ou cometteo sacrilegio, se fará auto pela justiça; E alem da emenda da parte, se pronunciará sobre o sacrilegio, ou excomunhão; e appellar se há por parte da justiça, ainda que as partes estem pela sentença.

Porto Santo

O Ouvidor da Ilha de Porto Santo conhecerá outro sim de todas as cauzas de que conhece o de Arguim, excepto das Beneficiais, Matrimoniaes de presente, e decimais; porque estas por razão de sua graveza, rezervamos para o nosso Vigario Geral. Poderá com tudo á petição da parte mandar passar Monitorio para pagarem dizimas com clauzula justificativa, que tendo o Reo embargos, que venha com elles; e vindo com embargos que concluão que nunca pagou os taes dizimos, salvo hua uniforme penção, nam conhecerá delles para mais que para os remetter ao Vigario Geral, ante o qual as partes mandaram requerer sua justiça, sendo para isso citadas, e assignado certo termo em que pareção ante elle.

Appellará por parte da justiça em todos os cazos crimes em que houver libello, ou deve haver, hora o feito seja comessado ou tomado por parte da justiça, hora seja antrepartes.

Item appellará de toda a sentença que der de sacrilegio.

Item appellará das sentenças em cauzas de espozos de futuro, e sobre quaesquer impedimentos que sahirem ao Matrimonio, que se quer contrahir. E primeiro que pronuncie sobre o impedimento, ou impedimentos, perguntara per si meudamente as testemunhas que com elles sahirão, e tomará a mais informação que lhe parecer necessaria, para saber a verdade.

Item appellará nos feitos de contas de testamentos quando a valia de que se tomar a tal conta passar de cincoenta cruzados, ou quando se mover tal duvida que possa prejudicar a alguma Igreja, lugar pio, ou ao descarrego da Alma do testador.

Item appellará por parte da justiça das sentenças que der em feitos civeis sobre bens de raiz, ou antre Igreja e Igreja.

Das Villas de Machico e Calheta

Os Ouvidores de Machico e Calheta conheceram de todos os feitos, ou cauzas civeis que não passarem de mil reis, e as determinaram conforme a direito, e nossas constituçoens sem libello, tomando primeiro informação, das partes ou de testemunhas, que nomearam, e se perguntaram em certo termo, que lhes será para isso assignado, ou por via de juramento, querendo as partes deixallo na alma da outra. E apresentando se conhecimento da dita quantia, e sendo reconhecido, logo condenará ao Reo, e lhe assignará des dias para pagar; E alegando embargos que tem pago, antes de os receber, mandará que depozite, e satisfeito os receberá, e assignará hum breve termo para os justificar, citada a parte, e procederá a sentença.

Conheceram de injurias verbaes, se mais se não demandar que a dita quantia de mil reis. Nam entenderam em feitos crimes, beneficiaes, matrimoniaes, e decimaes, nem civeis que da dita quantia passarem sem nosso especial mandado, e comissão. Mas poderá á petição da parte mandar passar Monitorio para se pagarem dizimos, com clauzula justificativa, em que tendo embargos o Reo venha com elles no termo em o dito Monitorio assignado; e vindo com taes, que concluão, que nunca pagou o tal dizimo, se não hua uniforme penção, ou com outros de receber, os remetterá logo ao nosso Vigario Geral, ante o qual as partes mandaram requerer sua justiça, sendo para isso citadas, e assignado certo termo, no qual comparecerão ante elle.

Conheceram de todas as penas de Nossas Constituçoens (posto que passem da dita quantia de mil reis) que perante elles demandar o nosso Meirinho Geral, ou seus pedaneos, e processaram os taes feitos até final sentença, da qual appellaram por parte da justiça para nosso Vigario Geral, passando da quantia sobredita a condemnação.

Poderam receber querellas, e denunciaçoens, das pessoas de sua jurisdição, na forma de Nossas Constituçoens, nos cazos em que de direito se deve receber, e recebidos assim faram logo sumario de trez ou quatro testemunhas, ou mais, e constando por elle que merece ser prezo o de que for querellado, ou denunciado, o prenderam, e remetteram prezo com os proprios autos da querella, ou denuncia, e sumario feito ao nosso Vigario Geral, ante o qual se procederá; E não se mostrando pelo dito sumario

couza por que deva ser prezo, o não prenderam, somente remetteram os ditos autos com toda a brevidade. Nam passaram Cartas de seguro.

Quando se offerecer sacrilegio, cazo de torvação dos officios Divinos, ou outro que mereça pena, e castigo, faram auto, e sumario de testemunhas que melhor do cazo souberem, e feito remetteram tudo ao nosso Vigario Geral para prover com justiça.

A mesma remissam faram dos impedimentos que sahirem ao Matrimonio que se quer contrahir, mandando primeiro autuar a Certidão que delles o Vigario, ou Cura, passar, e perguntando per si distintamente as testemunhas, que com os ditos impedimentos sahirão.

Appellaram por parte das justiças das sentenças que derem em feitos de contas de testamentos, e ultimas vontades se a valia daquilo de que se tomar conta passar de vinte e cinco cruzados: ou quando se mover tal duvida que possa prejudicar a alguma Igreja, lugar pio, ou ao descarrego da alma do testador.

Ordenamos por menos oppressão das partes, que requerendo alguma parte a qualquer dos ditos dous Ouvidores carta citatoria para outra que estiver no limite de sua jurisdição, ser citada novamente para o Juizo de nosso Vigario Geral sobre quaesquer cazos a possão mandar passar em forma assignando logo nella a Audiencia em que comparecerá, segundo a distancia do lugar que for.

De Todos

Serão muito deligentes todos os Ouvidores, em fazerem cumprir nossas constituições e mandados, e de nossos Vizitadores, Provizor e Vigario Geral. Tiraram por elles proprios, com deligencia, as inquirições que lhe forem comettidas, principalmente as dos que se habilitão para serem clerigos de Ordens Sacras: E terem avizo neste cazo com que se informem bem pelos cazos da Constituição 3ª, p. 45, perguntando pessoas antigas, e que tem mais razão de conhecer o que se quer ordenar (e não as que elle nomear não sendo taes) para que por sua negligencia se não encubra a verdade, e se admita o incapaz ou indigno.

Cada hum dos ditos Ouvidores em suas Ouvidorias fará hum Recebedor que receba a chancellaria, e direitos Episcopaes, e as condemnações que se fizerem para obras pias, e despezas da justiça. E assim hum Escrivão do Registo, ou Receita, o qual carregará em hum livro per si sobre o Recebedor, o que receber para a chancellaria: E em outro o que receber para obras pias, e despezas da justiça. Terá sello e regimento; E quando morrer algum clerigo, tomará para nossa luctuoza a melhor peça dos bens moveis, ou semoventes, que segundo direito, e antigo costume nos pertence, e a entregará ao dito Recebedor.

Em cada Ouvidoria haverá um Meirinho pedaneo, que servirá tambem de procurador dos Reziduos e hum Escrivão, e terem Provizoens, ou Cartas de seus Officios por Nós dadas. E na Ilha de Porto Santo mais hum Porteiro.

E as contas dos feitos e papeis que se devem contar em as Ouvidorias, comette-mos aos Contadores Seculares, emquanto assim o houvermos por bem, e não ordenármos, ou mandármos o contrario: Aos quaes encarregamos que contem bem subcarrego de juramento de seus Officios, e guardem á cerca disso o Regimento que tem de El Rey nosso Senhor; E nas contas que fizerem das custas, haveram o que pelo

dito Regimento, e Ordenação lhes for ordenado: Porem, de todas as outras contas, ainda que seja em feitos de Reziduo, haverá o que lhe for arbitrado pelo Julgador. E se fizerem mais conta que hua, e for por sua culpa, não levaram mais sallario que de hua; e se for por culpa das partes levaram sallario de cada hua, assim como se depois da primeira conta se offerecerem escripturas de despeza.

As inquiriçoens, e sumarios que remetterem ao Vigario Geral não seram contados por estarem em segredo: Mas no fim da cauza, o nosso Contador ordinario os contará ao escrivão pedaneo, fazendo addição per si apartada, do que montar nos ditos sumarios ou inquiriçoens, para que cada hum haja o seu.

Quando algua das partes tiver suspeças (sic) ao Julgador, deve a logo de intentar por palavra declarando a cauza por que o quer recuzar, e declarada o Julgador lhe mandará que venha com ella por escripto até a primeira Audiencia (e não o fazendo assim a parte, vá o Julgador por o feito em diante e valha seu procedimento) E depois que vier com ella por escripto, se a demanda, ou cauza se tratar perante o nosso Provizor, ou Vigário Geral, remette la há logo ao nosso Chançarel do Bispado como hé costume, o qual conhecerá da dita suspeição – E sendo em forma que proceda, assim o julgará mandando ao Julgador recuzado que deponha a ella; e assignará ao recuzante, querendo mais provar, trez dias, se tiver a prova no lugar do Juizo; e jurando que a tem fora lhe dará termo peremptorio, o mais breve que poder ser, segundo a distancia do lugar, que não passará de nove dias: posto que allegue, que tem sua prova fora do Bispado.

E sendo o Chançarel suspeito fará então o recuzante a nós petição relatando as cauzas de suspeição, e proveremos tomada informação que nos parecer, e em nossa abzencia se fará louvamento perante o Provizor ou Vigario Geral na forma devida.

E se a cauza se ventillar perante qualquer dos Ouvidores pedaneos: tanto que a suspeição for proposta, o dito Ouvidor mandará logo na Audiencia ás partes que se louve em hua pessoa que o julgue; e não se concordando mandará, que até a primeira offereção cada hum seu rol; e concordando nelles em algua pessoa essa será o Juiz da suspeição; e concordando em muitas, então o Ouvidor escolherá dellas hua; e discordando em todo, escolherá de cada rol hua e ambas conhecerão da dita suspeição, e a determinaram finalmente. E sendo havido o Julgador por suspeito, louvar se hão as partes em Juizo que do feito, e cauza conheça, e della determine, e assim como o faria o recuzado.

E quando as partes tiverem suspeição a alguns dos Escrivaens, ou a outro Official, intenta la hão perante Juiz da cauza, o qual mandará que venha com ella por escripto até o outro dia, e vindo no termo dará Juiz á suspeição que veja se procede, e a determine, e entretanto (se o recuzado for Escrivão) se não deterá o feito, e se passará a outro; E sendo julgado por suspeito, se descarregará o dito feito da destribuição (onde a há) e lhe será dado outro.

E o Chançarel, ou Juiz da suspeição haverá cincoenta reis de a despachar, como hé estylo.

E porque as pessoas que trazem demandas muitas vezes facilmente vem com suspeição injustas aos Julgadores, e seus Officiaes, afim de dilatarem as cauzas e impedirem a admenistração, e execução da justiça: ordenamos e mandamos, que qualquer parte que daqui em deante vier com suspeição ao nosso Provizor, ou Vigario

Geral, não seja ouvida sobre ella, sem primeiro depozitar na mão do Escrivão da cauza dez cruzados; e vindo com suspeição a qualquer outro Official do Auditorio ordinario, depozite mil reis na mão de quem o Julgador mandar, segundo a Constituição do Bispado.

E ordenamos outro sim que em as suspeiçãos intentadas aos Vizitadores, ou examinadores, se faça o mesmo depozito de dez cruzados; e em as postas aos ouvidores pedaneos, o de mil reis; e aos seus Officiaes, de quinhentos reis, na forma sobreditta.

E provando o recuzante a suspeição se lhe tornará seu dinheiro; e nam a provando perderá o depozito sem remissão: As duas partes para obras de justiça, e a terceira para os pobres do Aljube; e será mais condemnado nas custas do retardamento para a parte retardada.

Porem quando o que vier com a suspeição for tam pobre que verocimelmente não possa fazer o dito depozito em parte, ou em todo, o Julgador terá a isso respeito, admettindoo sem elle, ou com menos, para que não pereça sua justiça.

E porque alguns Procuradores, que não querem vir ao nosso Auditorio arrazoão feitos, e fazem petiçãos ás partes que nelle requerem, com o que se defrauda aos letrados que a elle vem, e as cauzas, e duvidas se não averiguão tam bem: Mandamos ao Vigario Geral que não admita petiçãos, Embargos, Appellaçoens, ou quaesquer outros papeis feitos pelos que não vem ao Auditorio, nem consinta ser lhes feita procuração, ou dado vista, salvo em defeito dos do Auditorio.

Do que pertence ao officio do Promotor

O Promotor terá o primeiro lugar e assento na Audiencia, e fallará primeiro, que os outros Advogados.

Acontecendo que alguns Juizes seculares queirão tomar conhecimento de cauzas que somente pertença ao foro Ecclesiastico (o que se não espera delles) terá o dito Promotor cuidado de o fazer saber ao Prelado, e em sua auzencia, ao Vigario Geral, ou Ouvidor, para que nisso se proveja como for justiça.

Será muito sollicito e deligente, em requerer todos os feitos da justiça, principalmente os do Reziduo, que muitas vezes pelos embargos com que vem os testamenteiros, se dilatão muito, e não são despachados com aquella brevidade, que convem ás Almas dos fieis Christãos, que aguardão pelo cumprimento das obras pias de seus testamentos. E se em alguma couza das sobreditas for negligente, o Julgador lho estranhe, reprehenda e castigue, como for justiça. E o dito Promotor offerecerá e fará pôr nos ditos defeitos todos os autos que fizerem para determinação do cazo: E se os não offerecer, e fizer pôr, e se for por sua malicia, ou manifesto descuido, por este mesmo feito seja suspenção por hum anno do Officio, pela primeira vez: E pela segunda suspenso até a mercê do Prelado; e pela terceira privado para sempre.

Nas cauzas Matrimoniaes, quando o Julgador mandar que se lhe dê vista por suspeitar collusão (sic) das partes, procurará em favor do Matrimonio o que mais seguro e melhor lhe parecer. Isto porem não terá lugar em Espozorios de futuro.

Em todas as cauzas criminaes, quer haja querella quer nam, onde os Autores, por qualquer modo dezistirem da accusação, o Promotor haverá vista dos Autos, e prosseguirá a accusação. E se os cazos em que não houver querella forem leves, e de tal qualidade em que não haja lugar a justiça, proverá nisso o Julgador.

Não fará obra alguma por denunciaçoens, ou informaçoens, que saiba serem de inimigos notoriamente; e sendo de outras pessoas, pode la há fazer, se as ditas informações ou denunciações forem assignadas por essas pessoas, com os nomes das testemunhas, antre as quaes nam será contado nem tirado por testemunha o que deu a informação, ou denunciação. E fazendo se doutra maneira, tudo seja nullo, e de nenhum vigor; E o Promotor será condemnado nas custas, emenda e corregimento. E quando os Reos formarem artigos de exceição porque se offereção provar, que as ditas informações e denunciações são dadas por inimigos, e assim o provarem, será o Promotor repellido, e o denunciador nas custas, emenda, e corregimento condemnado; se o Promotor nam era sabedor da inimizade; porque se o era elle há de ser condemnado como acima dito hé.

Saberá se os Escrivães, ou quaesquer outros Officiaes do Eccleziastico levão mais de seu salário ⁴⁸ que o que lhes hé ordenado: E sintindo os nisso culpados accuza los há perante o Julgador ainda que não tenha informação assignada e serão castigados como for justiça. E se o mesmo Promotor for esse que levou mais do que lhe montava por conta do Contador, ou levou o que se montava antes que lhe fosse contado, perca tudo o que assim levou para a parte; e mais seja suspenso do officio por seis meses por esse mesmo feito; e neste caso qualquer do povo o poderá accuzar.

Do que pertence ao Officio de Meyrinho

O Meyrinho deve com muita deligencia e avizo prender as pessoas que o Julgador lhe mandar que prenda, e trá las há a bom recado, e nisso fará tam fielmente seu Officio, que por nenhum modo se possa contra ele presumir que manhozamente as não quiz prender, ou as deixou fugir. E sendo lhe provado que por alguma destas maneiras errou em seu Officio, ou soltou o prezo sobre fiança, ou sem ela, sem licença do Julgador, por esse mesmo feito perca o dito Officio, e nunca o mais haja. E não prenderá sem mandado do Julgador, salvo em fragante delicto; ou sendo certo que essa pessoa foi degradada, e nam cumprio o degredo, ou sendo requerido por qualquer pessoa em algum arruido. E nestes taes cazos levará as prezos diante do Julgador sem os meter no Aljube, e fará acerca da prizão o que por ele lhe for mandado. E prendendo doutra maneira, por esse mesmo feiro seja suspenso do mesmo Officio por hum anno. E pagará á parte sua injuria se lha quizer demandar; E será avizado, que por nenhum modo entre em caza de clerigo sem especial mandado fazendo lhe buscar a caza contra sua vontade. E fazendo doutra maneira, por esse mesmo feito seja suspenso do Officio por hum anno.

Sendo caso que alguns clerigos, ou Beneficiados notoriamente tenham mancebas em suas cazas, e o Meirinho os não demande, demanda los á o Solicitador da justiça, Promotor, ou qualquer do povo pela pena da Constituição. E o Meirinho seja suspenso do Officio por seis meses pela primeira vez; E pela segunda por hum anno; e pela terceira privado do Officio por esse mesmo feito, e nunca o mais haja. E a mesma pena haverá andando os Clerigos contra a forma de Nossas Constituiçoens, ou fazendo as mais couzas por ellas prohibidas publicamente sem os demandar.

⁴⁸ Sublinhado feito no próprio documento.

Antes da sentença não fará conversa sobre penas que lhe pertencerem a elle, ou a chancellaria, ou sobre outras quaesquer Constituições: Não receberá do Clerigo cousa alguma, ainda que lha dê por sua livre vontade, e por esse mesmo feito, perca o Officio, e pode lo há accuzar o Promotor, ou qualquer do povo; E pagará em dobro o que assim levou para quem o demandar.

Será presente as audiencias, que se fizerem para fazer as diligencias, que muitas vezes ahi convem fazer, sub pena de hum tustão para os prezos do Aljube. Haverá de cada pessoa que prender em a Cidade, e seus arrabaldes, cem reis, e prendendo as no termo até hua legoa duzentos reis; até duas trezentos reis, e dahi por diante ao respeito. E se por mandado do Vigario geral o for prender a Ouvidoria de Machico, haverá quinhentos reis, e se a da Calheta settecentos reis. Os Meirinhos pedaneos haveram outrossi das prizoens que fizerem, e nas Villas, e seus arrabaldes cem reis; até o mais longe da Ouvidoria hum cruzado e dahi para o perto menos, segundo a distancia do lugar em que fizerem a przsão, o que pelo Ouvidor lhes será arbitrado. E se qualquer dos ditos Meirinhos mais levar, por esse mesmo feito seja suspenso do Officio por hum anno, e tornará a parte em dobro tudo o que lhe levou.

Do que pertence ao Officio de Solicitador

Ao Solicitador da justiça pertence requerer, que lhe sejam mostradas em todas as Igrejas do Bispado as vizitaçoens, assim novas como velhas, de trez annos atraz somente, as quaes lhe seram mostradas tanto que o ele requerer. E se a pessoa que as tiver lhas não mostrar será prezo: E não sendo de qualidade para o ser, o Julgador o constrangerá como for justiça, e lhe fará mostrar as ditas vizitações ao mesmo solicitador, o qual arrecadará as penas da Chancellaria, e as das obras pias, e da justiça, dando delas conhecimento que será junto á vizitação, por se não pagarem duas vezes; E entregá las há, as da Chancellaria ao Recebedor da Chancellaria, e as das obras pias, e da justiça ao seu Recebedor, sendo-lhe carregadas em receita pelo Escrivão. E não no fazendo o dito Solicitador assim, seja suspenso do Officio por seis mezes, e pagará em dobro tudo o que se achar que não entregou ao dito Recebedor.

Se alguma pessoa denunciar por escripto ao Solicitador dando-lhe informação de algum sacrilegio, será pelo dito denunciador assignada; e nomeará logo testemunhas; e se por elas o sacrilegio não for provado, será o denunciante condemnado na pena do sacrilegio, e custas: pela qual se fará execução, salvo se há embargos, e allegar tal razão, porque deva ser relevado, e neste caso proverá o Julgador sobre as custas como lhe parecer justiça. E demandando o Solicitador por sacrilegio, sem a dita informação assignada, e com testemunhas, e não no provando, será sempre condemnado nas custas.

Quando for auzente em serviço da justiça poderá per si deixar outro, que seu Officio sirva, o qual o Julgador deixará servir, e ouvi lo há, dando-lhe tanta fé, e credito, como daria ao proprio Solicitador.

Antes da sentença não fará concerto com as partes sobre pena alguma: nem receberá dellas couza que lhe dem, ainda que seja por sua livre vontade: E fazendo o contrario, por esse mesmo feito perca o Officio, e o Promotor, ou qualquer do povo o poderá acuzar, e pagará em dobro o que assi levar, para quem o demandar.

Haverá nos feitos da justiça, sacrilegios, e Reziduos que solicitar, sendo presente seis reis por cada termo que começar (e depois desto) não passando os termos

de cincoenta; e passando nam haverá mais que até trezentos reis que se lhe nelles montão. E sendo auzente em serviço da justiça, haverá o mesmo, ainda que vá sobre deligencia de outro feito; E isto haverá pelas partes, que com a dita Justiça letigarem. Dos sacrilegios haverá a quarta parte do que for julgado; e o Contador lhe contará todo o sobredito no cabo do feito, alem do que se lhe mais montar de seu trabalho.

Do que pertence ao Officio de Contador

O Contador, no contar dos Feitos, guardará o regimento dado aos contadores das custas pela Ordenação do Reyno, o qual Regimento será obrigado a ter, e ver sub pena de suspensão de seu Officio; e conformar se há também com a nova ley sobre o acrescentamento dos salarios; E das contas que fizer de custas, haverá o que pela mesma Ordenação, e dita ley nova for ordenado. Porem de todas as outras contas, ainda que seja em feitos do Reziduo, haverá o que lhe for arbitrado pelo Julgador. E se fizer mais conta que hua, e for por sua culpa, não haverá mais sallario que de hua; e se for por culpa das partes, haverá sallario de cada hua, assim como se depois da primeira conta se offerecesse escripturas de despeza. E sendo os feitos julgados, e pronunciados sobre a appellação, nam havendo nelles embargos das partes, serão os escriptaens obrigados a lhos mandar dentro em hum mez, e não no fazendo assi, por esse mesmo feito sejam suspensos de seus Officios por hum anno.

Aos Procuradores contará conforme ao dito Regimento, e Ordenação no Livro primeiro titulo settenta e hum; E pelos libellos dos feitos crimes dous tustoens; mas nem por isso passará todo o sallário daquillo que esta limitado aos Procuradores pela dita Ordenação assim os feitos crimes de grandes maleficios, como nos menores, quando todo se lhes deva contar; e se o Contador duvidar, falle com o Chançarel, ou Juiz de Cauza.

E quando o feito não passar do Libello, fazendo aparte termo, que está pelas culpas, não contará mais ao Procurador que os ditos dous tustoens, posto que nelle tenha feito outros requerimentos como se costuma.

E porque muitas vezes há erros nas contas, e as partes se queixão, ordenamos, e mandamos, que sintindo-se algus nellas aggravados requeirão ao nosso Chançarel, o qual conhecerá dos ditos agravos, e emmendará com todo a deligencia quaesquer erros que houver, e onde nam estiver o Chançarel, ao Julgador.

E mandando o Julgador que se faça conta em quaesquer feitos, que sejam, os Escrivaens terem cuidado de os mandar logo, ou até o dia seguinte ao Contador para os contar: E não o fazendo assi por esse mesmo feito sejam suspensos por hum mez. E o Contador nam terá feito algum em seu poder mais que trez dias, E fazendo o contrario por isso mesmo seja suspenso por trez mezes; e o Escrivão escreverá em cada hum feito o dia em que o dá ao Contador.

Se o feito for de qualidade que requeira mayor termino, que de trez dias, o dito contador dará informação do cazo ao Julgador, e lhe pedirá mais tempo, o qual o Julgador lhe concederá, se a qualidade do cazo o merecer.

Quando contar algum feito de Sevicias, se achar que o sumario delle foi feito por outro Escrivão, não contará o sumario ao Escrivão do feito, e somente lhe contará o que lhe couber, e fará addição per si apartada na conta do que monta no dito sumario ao Escrivão que o escreveu, para as partes saberem o que nisso montou: O mesmo

fará quando contar feito em que achar sumario, inquirição, ou outra leitura que pertença a algum Escrivão pedaneo, e se tiver em mais pago o Contador o faça saber ao Julgador para lho mandar tornar.

Nas contas que fizer dos feitos descontará sempre as partes, na conta do Escrivão, os quarenta reis, que cada hum no principio do feito lhe der.

Do que pertence ao Officio de Distribuidor e Inquiridor

O Distribuidor terá hum livro emcadernado de cadernos iguaes assignado pelo julgador, com declaração do conto das folhas, para distribuir os feitos, e Escripturas, que a distribuição vierem, o qual fará da publicação deste estylo a quinze dias; e em nenhum modo mostrará o dito Livro aos Escrivaens; E quando for auzente, o deixará á pessoa que o Julgador para isso ordenará, comtanto que não seja algum dos ditos Escrivaens: E fazendo o contrario em qualquer destes cazos, por esse mesmo feito seja suspenço do Officio por hum anno.

E quando for duvida antre os Escrivaens sobre a distribuição: o Distribuidor ouvirá suas razoens, e dellas dará relação ao Julgador para que com informação do Escrivão mais antigo determine a dita duvida.

E quando algum libello, escriptura, autos, appellação, remissão, ou qualquer outra couza que houver de ser distribuida vier a juizo, se pelas partes, ou algua dellas, ou seus procuradores não for requerido, não no distribuirá, ainda que algum Escrivão, ou outra pessoa lho queira, e lhe pague sua distribuição: E fazendo o contrario por esse mesmo feito seja suspenço do Officio por trez mezes: E o Escrivam que tal procurar perca o sallario do feito, e Escriptura que assim houver. E o feito, ou Escriptura se dará a outro Escrivão a que couber por distribuição.

Mandando o Julgador fazer sumário de testemunhas sobre sevícias, pode lo há fazer qualquer Escrivão, que a parte escolher sem ser distribuido, nem a petição. Porem depois que o Julgador por seu desembargo mandar que a molher seja posta em lugar seguro para requerer sua Justiça, então se distribuirá a quem pertencer.

Tanto que as appellaçoens, autos, e quaesquer escripturas, e papeis lhe forem dados para distribuir, logo dará ás partes a que pertencer, se lhe pedirem conhecimento de como as recebe, e ficão em seu poder, e distribuindoas, os Escrivaens a que forem distribuidas, assignaram o assento e verba do livro da distribuição. E não guardando o distribuidor, e Escrivaens este Regimento, sejam suspensos de seus Officios por hum anno; e pagaram as partes todo o damno, perda, e interesse, que por isso receberem. E sendo cazo que as partes neguem o conhecimento do Distribuidor, e ele der os autos, hora sejam distribuidos, hora não, não encorrerá na dita suspensão: mas pagará ás partes a perda que receberão, por ser negligente em seu Officio.

Levará de sua distribuição o que até aqui levou.

O Inquiridor fará seu Officio conforme a Ordinação do Reyno, e conforme a ella, e Ley nova do accrescentamento dos sallarios levará o seu.

Do que pertence ao Officio de Aljubeiro

O Aljubeiro será obrigado a guardar muy bem sua Provizão, e aprizoar os prezos segundo seus maleficios, e qualidades das pessoas, e buscallos cada dia duas

vezes, para ver se estam bem arrecadados; e se tem feito alguma malicia, para se haverem de soltar; e sintindo alguma notificalahá ao Julgador para prover logo com justiça. A mesma notificação fará quando vir que algum prezo hé soberbo, deshonesto, ou brigozo, em tal maneira que o Aljube receba algum perigo: e ser lheão lançadas grandes prizoens.

Não consintirá que se cometão no Aljube maleficios, assim como jugar cartas, ou dados a dinheiro seco, ou arenegar, e outros quaesquer, nem que os prezos, ou alguns outros homens de fora durmão na prizão com as Molheres ahí prezas. E dormindo o Aljubeiro com alguma dellas, ou consintindo a outro, que com ella durma, não sendo seu Marido, por esse mesmo feito perca o Officio, e seja degradado para a Ilha de São Thomé por dez annos. E sendo ella cazada, para sempre: E se por força quizer dormir com alguma preza, posto que com ella não dormisse por se ella defender, ou lho tolherem, perca o Officio e seja degradado para todo sempre para a dita Ilha de São Thomé.

Não levará per sy, nem per outrem peita de prezo algum, ou de pessoa, que por elle faça por o trazer solto, ou lhe deitar menos prizão do que seu delicto merece: E fazendo o contrario perca o Officio, e haja a pena que merecer por levar a dita peita: Nem lhe dará lugar que saya fora da prizão de dia, nem de noite, nem o trará nella sem ferros. E se o contrario fizer seja prezo, e pague dous mil reis. E se for cazo em que caiba pena da Ilha de São Thomé para todo o sempre, pague oito mil reis, alem de haver aquella pena civil, e crime que por direito merece.

Se o prezo fugir da prizão por malicia, ou manifesta culpa do Aljubeiro, haja aquella pena a que o prezo verdadeiramente era obrigado, e emendará o dano as partes que pela tal fugida forem danificadas. E posto que o dito Aljubeiro houvesse encomendado a guarda do dito Aljube a algum outro que o guardasse da sua mão, e neste tempo fugisse o prezo, não deixará por isso de haver a dita pena como dito hé; e outra tal haverá aquella a que o dito Aljubeiro tinha encomendado o dito Aljube. E ficando no Aljube algumas roupas, ou quaesquer outras couzas do prezo, que fugio, pague se e concerte se por ellas as prizoens, ferros, e outros quaesquer damnos, que o dito prezo tiver feito.

Não soltará prezo algum sem o mandar hir sem pagar ferro.

E os presos obedeceram em todo, e por todo ao Aljubeiro, no que á boa guarda delles, e á segurança da justiça pertencer, assim como em os mandar aprizoar, ou dobrar o ferro, ou buscar suas camas, e estados, ou os mandar de hum lugar para outro, ou outra couza similhante. E qualquer que o contrario fizer, sendo requerido trez vezes pelo dito Aljubeiro, e mandada cada hua destas couzas a não quizerem fazer, e lhe rezistir, o poderá constranger, ainda que seja com offensa de sua pessoa, com tanto que guarde a temperança que no cazo deve ter. Porem se o prezo se sentir nisso aggravado do Aljubeiro poder se há queixar ao Julgador, o qual o proverá, como lhe parecer justiça.

Se o prezo for beneficiado, ou acoutiado em cavallo, ou Vassallo, ou Mestre de Nao de Castello davante ou de similhante condição, e quizer andar pela Cadea com ferros, sem jazer mais aprizoado no Aljube, e seu feito, for tam leve que arrezoadamente lho deva, e possa o Aljubeiro assim fazer, pagará de carcerajem cento e quarenta reis; e os outros paguem somente cem reis.

E se alguma pessoa for preza por erro, ou sem mandado da Justiça; ou antes que seja aprizoado for mandado, que seja solto, não lhe levará o Aljubeiro carceragem.

Do que pertence ao Officio de Porteiro

O Porteiro das Audiencias estará na Cidade, e hua legoa ao redor; haverá das citações que fizer na Cidade vinte reis; e fazendo as fora da Cidade e de seus Arrabaldes, cincoenta reis, e até hua legoa cem reis. E de cada Reziduo que citar dos grandes de quantia de cem mil reis para cima, haverá oitenta reis; e dos pequenos quarenta reis; o que lhe será assim contado no fim do feito, e nam mais. E se mais levar, por esse mesmo feito seja suspenso por hum mez por cada vez. Isso mesmo se entenderá nos demais Porteiros.

E posto que o Porteiro, hua, duas, e trez vezes faça deligencia em buscar a parte, e não a ache, não levará nada pelas idas, e diligencias; e será obrigado a fazer a citação pelo sallario que lhe hé ordenado.

Não receberá de Clerigo que for morador no lugar onde ele exercitar seu officio, ou hua legoa ao redor, cousa alguma. E fazendo o contrario, por esse mesmo feito perca o Officio e nunca o mais haja.

O qual Regimento eu Gaspar Nunes Meyo Conego trasladei por mandado do Senhor Bispo, das Minutas suas, que para isso me deu, e com ele o corri, e o assignou, e o mandou sellar com o Sello de suas armas aos vinte de Novembro de mil quinhentos oitenta e seis annos. E não fação duvida as antrelinhas. R. da folha quinta que diz que diz =ha=, e da folha sexta =soo= e da folha setima que diz =primeiro= as quais se fizerão por fazer verdade. Ano etc., ut supra "O Bispo do Funchal" Lugar do selo"

Dom Luís de Figueiredo de Lemos por mercê de Deus e da Santa Igreja de Roma, Bispo do Funchal e Arguim, do Conselho de sua Majestade. Fazemos saber ao nosso Vigario Geral, e Ouvidores, que desejando Nós que haja deligencia, e cuidado da parte dos Meirinhos em denunciarem aos Julgadores os delictos, E peccados publicos para emmenda delles, e que cessem duvidas na applicação das penas que se costumão applicar aos Meirinhos: Ordenamos, e mandamos, que as penas que o Meirinho Geral requerer, assim ante o Vigario Geral, como ante qualquer dos Ouvidores (quando em suas Ouvidorias se achar) a elle se appliquem, forma de nossas constituições, e Estylo. E as penas que os Meirinhos pedaneos requererem ante seus Ouvidores, para elles se appliquem inteiramente, ainda que das mesmas cauzas haja appellação para Nós, ou Nosso Vigario Geral. E quando os Meirinhos pedaneos denunciarem, ante os seus Ouvidores, alguns crimes, cujos sumarios se hão de remetter ao Vigario Geral para em seu juízo se proceder; queremos que a metade da pena seja para o Meirinho Geral; E a outra metade para o pedaneo, que fez a tal denunciação, sendo tal o delicto em que caiba haver parte de condemnação de pena pecuniaria para Meirinho. O que huns e outros cumpriram. Dada no Funchal sub nosso signal, e sello aos vinte e trez dias do mez de Março. Gaspar Nunes meyo Conego, a fez por mandado do dito Senhor, de mil quinhentos oitenta e sette annos. "O Bispo do Funchal" Lugar do selo.

DOCUMENTO 2

AHDF, fls. não numerados.

Do meyrinho do Bisppado, e o que a seu officio pertensce

A pessoa, que ouver de ser provida no officio de Meyrinho do Bisppado será de prudência, segredo e inteyreza, em que comcorrão as mais partes que convém tenha, përa boa administração da justiça; e depois de ter provizão nossa passada pella chancelaria, e assignada; tomara juramento na forma dos mais officiais perante nosso Provizor. A provizão neste officio nam hê perpetua; porquanto hê removível ad nutum com cauza, ou sem ella, segundo a livre vontade do Prelado e asi vaga por morte, ou denunciação do Bisppo.

1º Foi o officio de Meyrinho ordenado principalmente pera prender os culpados por mandado nosso, e de nosso Provizor, ou Vigayro Geral o que deve fazer com muita diligencia, cuidado, segredo; e constando, que o dito Meyrinho per sy, ou por outrem directe, ou indirecte descobrio o segredo, ou deu avizo a algu culpado, por esse mesmo feito perca o officio pera nunca mais o poder servir.

2º Terá sempre vara, e sendo achado sem ella será suspenço por quinze dias, e prendendo alguém sem vara, o será athe nossa mercê.

3º Será obrigado â nos acompanhar todas as vezes que formos fora de Caza, e ao Vigário Geral, quando for de Caza pera audiência, e da audiência pera Caza, e a ouvir Missa, e todas as vezes que for fora a deligencias de seu officio; e asi irá con diligencia á Casa do Provizor, ou Vigário Geral, todas as vezes que per cada hum delles for chamado, e executarâ com brevidade o que cada hum delles lhe mandar, pertencente ao Officio, e bem da justiça.

4º Nam poderá o dito Meyrinho hir fora da Cidade se nam pera tornar no mesmo dia, sem licença nossa, estando nós presente e em nossa abzencia, do Vigário Geral, o qual lha nam darâ sem justa cauza; e indo fora com licença, apresentarâ ao Vigário Geral hum Escrivão do auditório, apto pera servir; e o que for provido em sua auzencia averâ o juramento de servir bem, e verdadeiramente, de que se fará termo; E indo-se sem licença, seja suspenço do officio por dous mezes, e nós proveremos, durante a suspenção; e estando nós auzente elegerâ o vigairo Geral hum Escrivam, que sirva.

5º Nam prenderâ culpado algum sem mandado per escripto, ou lhe ser mostrada pronunciação nos autos, querella, ou denunciação; excepto se achar algum clérigo ou peço de nossa jurisdição em fragante delito, ou depois do sino de Correr, ou com armas prohibidas em qualquer tempo; ou achando algum degradado por sentença de nosso Juízo fora do lugar do degredo, sabendo, que o nam tem cumprido, ou sendo-lhe requerido, que prenda algũa pessoa de nossa jurisdição em aroido. Porem nestes casos particulares, em que pode prender sem mandado, nam levarâ os prezos ao Aljube, mas os trará primeiro ante nosso Provizor, ou Vigairo Geral, â quem pertensser, e fará o que

por elles lhe for mandado. Mas não será necessário mandado in escriptis, quando por nós, ou nossos Menistros lhe for mandado, que traga perante nós, ou ante elles alguma pessoa: e o Meyrinho que contra a forma deste Regimento prender alguma pessoa seja suspenço do officio por seis mezes, e satisfará â parte a injuria, se lha quizer demandar.

6º Nem per si, nem per outrem receberã o meyrinho, peita, dádivida, ou presente, ainda que seja couza de comer, ou outros mimos, de algum culpado clérigo, ou que for ecclesiastico nosso súbdito, ainda que lho dêm graciosamente, e por sua vontade, salvo, for seu parente, atte o quarto grão, e nam for culpado, porque destas poderá receber couzas de comer, ou outros mimos, que entre os parentes, e amigos se costumam; e fazendo o contrario, pella primeira vez seja suspenço por hum anno, e pellas mais vezes, seja privado do officio.

7º Nam poderá pouzar com clérigo, ou pessoa de nossa jurisdição, que estiver culpada, ou obrigada â justiça, e muito menos livrando-çe de algum delito, ou culpa, sob pena de suspenção por hum anno, e na mesma será condenado, se se lhe provar que admitio á sua converçassão algum prenuciado á prizam, ou falou, ou passou por elle, e podendo-o prender, o nam fês.

8º Nam levarã mam posta aos pobres, e miseráveis, que nam tiverem por onde pagar, como também nam a levará, quando nós por algũa justa cauza mandarmos, que a nam leve em parte, ou em todo.

9º Serã obrigado a trazer prezos em ferros, sendo necessário, ou a bom recado as pessoas, que prender, athe as emregar ao Aljibeiro; e bem asi a levalos do mesmo modo á audiência, ou homenagem, todas as vezes, que lhe for mandado pelo julgador; ou quando fizerê penitencia publica, e assistir a ella, pera os goardar, e tornar ao Aljube, depois de feita, e nam o fazendo, será suspenço, ou castigado arbitrariamente, segundo o cazo e circunstancias pedirem. E nem o dito Meirinho, nem seus homens levaram dinheiro, nem couza alguma de prezo algum, pello levarem deante o Julgador, nem a fazer penitencia; e fazendo o contrario pague pella primeira vês o tresdobro, do que levarem, e pela segunda haverã as mais penas, que perecer a nossos Menistros; e pella terceira o Meirinho seja suspenço a nosso arbitrio, e o homem da vara haja hum mez de Aljube, e nam sirva mais ao Meirinho.

10º Prohibimos ao Meirinho, que por nenhum cazo emtre em caza de alguma pessoa ecclesiastica, pera lhe buscar, ou fazer busca â caza, contra vontade da dita peçoá, sem nossa Licença, ou de nosso Provizor, ou Vigário Geral, salvo, for prender a mesma pessoa para lha trazer â Rol, ou lho mandar o vigairo geral, ou for prender qualquer outro homiziado, que traga â Rol, ou que lhe hé mandado que prenda, ou vindo em seguimento dele em fragante dilicto.

11º Ordenamos, e mandamos ao dito Meirinho que faça as prizões de maneira, que sem faltar na execução da justiça, se nam possam os culpados queichar dele com rezam de algum excesso cometido nas ditas prizões, e nam o comprindo assim, será suspenço pello tempo que nos perecer.

12º Terá grande cuidado de saber as peças, que trabalham aos domingos, ou dias Santos de goarda, e mandara nos tais dias hum dos seus officiaes do auditório com hum seu homem, que notificará todas as peças que acharê vendendo, ou com tendas abertas, contra a prohibição de nossas Constetuições, pera a primeira audiência, e nella requeira contra as ditas pessoas, e lhes fará ezeutar.

13º Nam fará conserto algum com as partes per si, ou entreposta pessoa sob penas, ou condenações, que lhe pertencerem, antes de lhe serem julgadas por sentença. E poderá denunciar dos delinquentes, ainda que o Promotor o nam queira fazer: porem nam poderá dizistir de cauza alguma, ou acuzação sem licença nossa, ou de nosso vigário geral, e fazendo o contrario, do que aqui lhe hé prohibido, será condenado em suspêssam o privação do officio, conforme a culpa meresser; e sob pena de suspenssam athe nossa merçe, nam tomará as penas, em que as partes emcorrerem, antes de lhe serem julgadas.

14º Poderá demandar as penas que por nossas Constituições, ou vizitações lhe sam applicadas, ou por outra via lhe pertencerem, em que algumas peças tiverem emcorrido, ou por sentença devam ser condenados. E os libellos crimes que o Promotor der contra quaisquer delinquentes, se apresentaram também em nome do Meirinho, e faltando o Promotor, elles os poderá sô_prosseguir, e dar per si, e com ô Promotor, e requerer na execução, athe real entrega, e satisfaçam.

15º E porque convem andar o meyrinho acompanhado, asi pera fazer as diligencias, e prizões, que lhe forem emcarregadas, como pera resgoardo de sua peça, e authoridade do officio, e da justiça, lhes mandamos, traga comsigo ordinariamente dous homens da vara edoneos, asi na peça, como na vida, que possão bem servir, asi em o acompanharem no officio, como nas diligencias, que alem das prizões, lhe forem mandadas, e o Vigário Geral dêrã a cada hum delles o juramento, e averã por isso os prões e precassos costumados; e nam fazendo algum delles bem seu officio será dispedido por nosso Vigairo Geral, que mandará ao Meirinho, tome outro em seu lugar.

16º Mandamos ao Meirinho sob pena de suspensão de seu officio, athe nossa merssê, que quando prender algumas pessoas, as leve ao Aljube, e Cadeyas publicas; e não as detenha em sua Caza, nê em outras particulares, excepto, vindo de Caminho, e havendo Cadeya no Lugar procurará, que os prezos estejam nella de noute; e provandose, que o Meirinho por malícia fês cárcere privado, perderá o officio pera sempre, e haverá as mais penas, que por direito Mereçer.

17º Depois de ter preza alguma pessoa seja por mandado nosso, ou de nossos Menistros, ou sem elle nos cazos, em que o pode fazer o nam soltarã, nem dará sobre fiança, sem expreço mandado nosso ou do nosso Menistro, a que pertenser, por escripto e fazendo o contrario, será suspensão athe nossa mersçê.

18º Quando prender alguma pessoa por mandado nosso, ou dos ditos nossos Menistros desta Cidade, e seus arabaldes, haverá so mente cento, e outo reis, da mão posta, como sempre foi costume: e se for fora da Cidade, haverá alem da mão posta

cem reis por legoa, athe outo legoas, e passando de outo legoas, haverá mil reis, e a sua mam posta; e nam poderá haver mais, e isto haverá da peçoa, que prender; e posto que vâ outras vezes em busca do culpado, não haverá estipêndio, senam aquella vês, que a prender.

19º Quando o Meirinho por nosso mandado, ou de nosso Provizor, ou Vigário Geral for prender algú Beneficiado de nosso Bisppado, mandamos lhe mostre o mandado, ao tempo da prizão; e pera menos opreção do prezo ordenamos, que (d)ando-lhe os ditos Beneficiados escrycto seu assignado por testemunhas, porque se obriguem dentro em certos dias, que seram somente os necessários, pera se vir apresentar ante nós, ou nossos officiais os haverá por prezos, posto que consigo os nam traga: e os Beneficiados prezos nesta forma serão obrigados a se vir apresentar nos dias, que se lhes assignarem, alias os havemos por suspenços, e se livrarám, como de fugida que fizessem, de nosso Aljube. E os Beneficiados, que fugirem ao Meirinho ao tempo que for pera os prender, não gozarão desta Liberdade; e o Meirinho os trará com o resgoardo, e segurança posivel.

20º Mandamos ao dito Meirinho que de noute com o Escribão do mêz, ou outro, que nosso Vigário Geral lhe nomear, corra a Cidade, ou Lugar, onde estivermos, pera prender os Clérigos, e peçoas, ecclesiasticas, que achar depois do sino de Correr, e fazer no cazo, o que lhe fica ordenado neste regimento, e nossas Constituições, e se poderá ajuntar com os Menistros seculares para esse effeito.

21º Poderá o ditto Meirinho sitar em todas as partes do Bisppado, sendo requerido, sem mais carta de nosso Vigário Geral, pella fee e juramento, que tem de seu officio; Porem nas suas cauzas nam poderá citar, senão perante testemunhas: e fará tudo ô maiz que por direito, e nossas Constituições lhe pertencer.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

AHDE, Documentos Avulso:

Do meyrinho do Bisppado e o que a seu officio pertensce, 1588.

Regimento dos Auditorios Eclesiásticos do Bispado do Funchal ordenado por D. Luís de Figueiredo Lemos, 8 de Fevereiro de 1589 (Microfilme 685 do ARM).

Relatório do Bispo do Funchal sobre o estado da Diocese enviado ao Papa na visita «ad Limina», 26 de Setembro de 1693 (Microfilme 670 do ARM).

Fontes Impressas

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, Coimbra, 1712.

Constituições Synodais do Bispado do Funchal, feytas e ordenadas por Dom Ieronymo Barreto, Bispo do dito Bispado, Impressas em Lisboa de mandado do dito senhor Bispo, & com licença & approuação do Conselho geeral da santa Inquisição & do ordinário. Lisboa, 1585.

Instrucções Geraes em forma de Catecismo nas quaes se explicão em Compendio pela Sagrada Escritura e Tradição a História e os Dogmas da Religião, a Moral Christã, os Sacramentos, as Orações, as Ceremonias e os usos da Igreja, impressas por ordem do Senhor Carlos Joaquim Colbert, Bispo de Montpellier, Lisboa, 1774.

Ordenações Filipinas, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.

Obras de carácter geral

Dicionário de História de Portugal, Dir. de Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975.

Dicionário de História Religiosa de Portugal, Dir. de Carlos Moreira de Azevedo, Edição Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

Grande Dicionário de Língua Portuguesa, Dir. de José Pedro Machado, Publicações Alfa, Lisboa, 1991.

História de Portugal, Dir. de José Mattoso, Edição Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

História Religiosa de Portugal, Dir. de Carlos Moreira de Azevedo, Edição Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

Obras de carácter específico

ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*, Livraria Civilização Editora, Barcelos, 1968.

CARITA, Rui – *História da Madeira*, 2ª Edição, Revista e Actualizada, Secretaria Regional da Educação, Funchal, 1999.

IDEM – “A Igreja da Madeira nos séculos XV e XVI”, in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, DRAC, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Funchal, 1999.

CARNEIRO, Bernardino – *Elementos de Direito Ecclesiastico Portuguez*, Coimbra, 1896.

DELUMEAU, Jean e COTTRET, Monique – *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire, L'histoire e ses problèmes*, Nouvelle Clio, 6ª Edição, PUF, Paris, 1996.

HESPAÑHA, António Manuel – *História de Portugal Moderno – político e institucional*, Edição da Universidade Aberta, Lisboa, 1995.

SILVA, Fernando Augusto da — *Diocese do Funchal - Sinopse Cronológica*, Tipografia Esperança, Funchal, 1945.

IDEM – *Subsídios para a História da Diocese do Funchal – 1425 a 1800*, Tipografia o Jornal, Funchal, 1946.

IDEM e MENESES, Carlos Azevedo de – *Elucidário Madeirense*, 3ª Edição, Edição da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Funchal, 1965.

SILVA, José Manuel Azevedo – *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV – XVII)*, Colecção Memórias, Edição do Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 1995.

TRESIDDER, Jack – *Os símbolos e o seu significado*, Edição Estampa, Lisboa, 2000.

TRINDADE, Ana Cristina Machado – *A Moral e o Pecado Público no Arquipélago da Madeira, na Segunda Metade do Séc. XVIII*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1999.